



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA-CREA-PB

Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Paraíba – CREA - PB
Unidade Jurisdicionada

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015

João Pessoa - PB, 2016

Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Paraíba – CREA-PB
Unidade Jurisdicionada

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015.

Relatório de Gestão do exercício de 2015 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 146/2015, da Portaria TCU nº 321/2015 e das orientações do órgão de controle interno, Decisão Plenária nº 0077/2014 do CONFEA.

(Assessoria de Controle Interno do CREA-PB)
Unidade responsável pela elaboração do Relatório de Gestão

João Pessoa-PB, 2016

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CONFEA: Conselho Federal de Engenharia e Agronomia
CREA: Conselho Regional de Engenharia e Agronomia
UJ: Unidade Jurisdicionada
TCU: Tribunal de Contas da União
PRES: Presidência
GAB: Gabinete
AJU: Assessoria Jurídica
ATEC: Assessoria Técnica dos Colegiados
ASCOM: Assessoria de Comunicação
ACI: Assessoria de Controle Interno
OUV: Ouvidoria
ATI: Assessoria Técnica Institucional
SUP: Superintendência
GIE: Gerência de Infraestrutura
GRE: Gerência de Registro
GFI: Gerência de Fiscalização
GAC: Gerência de Assistência ao Colegiado
GPP: Gerência de Programas e Projetos
GTI: Gerência de Tecnologia da Informação
TI: Tecnologia da Informação
ART: Anotação de Responsabilidade Técnica
PRODESU: Programa de Desenvolvimento Sustentável
SITAC: Sistema de Informações Técnicas e Administrativas do CREA-PB
CEECA: Câmara Especializada de Engenharia Civil e Agrimensura
CEEE: Câmara Especializada de Engenharia Elétrica
CEAG: Câmara Especializada de Agronomia
CEEMQGM: Câmara Especializada de Engenharia Mecânica, Metalurgia, Química, Geologia e Minas
SINDUSCON/JP: Sindicato da Indústria da Construção Civil João Pessoa
ASSENDER/PB: Associação dos Engenheiros do Departamento Estadual de Estradas e Rodagens da Paraíba
CT/UFPB: Centro de Tecnologia da Universidade Federal da Paraíba
UFCG: Universidade Federal de Campina Grande-PB
UFPB: Universidade Federal da Paraíba
IF/PB: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

FIP: Faculdades Integradas de Patos
UNIPE: Centro Universitário de João Pessoa
IPOG: Instituto de Pós-Graduação e Graduação
UNINASSAU: Faculdade Maurício de Nassau
UNIPB: Faculdade Unida da Paraíba
SEDAP: Secretaria de Estado do Desenvolvimento da Agropecuária e Pesca
MP/PB: Ministério Público da Paraíba
TCE: Tribunal de Contas do Estado
TCM: Tribunal de Contas do Município
COPAM: Conselho de Proteção Ambiental
SUDEMA: Superintendência de Administração do Meio Ambiente
SPU/PB: Superintendência do Patrimônio da União na Paraíba
TAC: Termo de Ajuste de Conduta
CEP: Congresso Estadual de Profissionais
ILPI: Instituições de Longa Permanência de Idoso
CLT: Consolidação das Leis Trabalhistas
CIEE: Centro de Integração Empresa Escola
RAGP: Regulamento Administrativo Geral de Pessoas
PCCS: Plano de Cargos, Carreiras e Salários

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – RELAÇÃO DOS DIRETORES	12
QUADRO 2 – RELAÇÃO DOS GESTORES POR UNIDADE ORGANIZACIONAL.....	14
QUADRO 5 - RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATOS DE REPASSE - CONFEA.....	18
QUADRO 6 - RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATOS DE REPASSE - MUTUA.....	18
QUADRO 7 – SITUAÇÃO DA ANÁLISE DAS CONTAS PRESTADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA DO RELATÓRIO DE GESTÃO - CONFEA	19
QUADRO 12 – AÇÕES ADOTADAS PARA ATINGIR OBJETIVOS ESTRATÉGICOS.....	22
QUADRO 13 – ACOMPANHAMENTO DA ARRECADAÇÃO DE MULTAS - QUANTIDADES	25
QUADRO 14 – ACOMPANHAMENTO DA ARRECADAÇÃO DE MULTAS - VALORES.....	26
QUADRO 15 – ACOMPANHAMENTO DA ARRECADAÇÃO DE MULTAS - ARRECADAÇÃO EFETIVA.....	27
QUADRO 16 - INDICADORES DE MULTAS DAS ENTIDADES FISCALIZADORAS – ACÓRDÃO 482/2013-TCU-PLENÁRIO.....	28
QUADRO 17 – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ALCANÇADOS NO EXERCÍCIO...	29
QUADRO 19 – PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO - EIXO GESTÃO.....	35
QUADRO 20 – VIDA ÚTIL X VALOR RESIDUAL	38
QUADRO 21 – RELAÇÃO SINTÉTICA DE DEPRECIAÇÃO DE BENS MÓVEIS	39
QUADRO 22 – RELAÇÃO SINTÉTICA DE DEPRECIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS.....	39
QUADRO 23 – FORÇA DE TRABALHO	41
QUADRO 24 – DISTRIBUIÇÃO DA LOTAÇÃO EFETIVA	42
QUADRO 25 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS	42
QUADRO 27- COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS.....	43

LISTA DE GRÁFICOS E FIGURAS

Figura 1 – Organograma do CREA-PB.....	11
Gráfico 1 – Forma de recebimento da demanda	33
Gráfico 2 – Tipo de manifestação	34
Gráfico 3 – Tipo de demanda.....	34
Gráfico 4 – Situação de demanda.....	35

LISTA DE ANEXOS E APÊNDICES

QUADRO 3 – EIXOS ESTRATÉGICOS	49
QUADRO 4 - RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS E DOS MONTANTES TRANSFERIDOS NOS ÚLTIMOS TRÊS EXERCÍCIOS.....	54
QUADRO 8 – SITUAÇÃO DA ANÁLISE DAS CONTAS PRESTADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA DO RELATÓRIO DE GESTÃO - MUTUA.....	55
QUADRO 9 – COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A REALIZADA DURANTE O EXERCÍCIO	56
QUADRO 10 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO.....	59
QUADRO 11 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA	60
QUADRO 18 – COMPOSIÇÃO DO PLENÁRIO NO EXERCÍCIO 2015.....	62
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS	66
QUADRO 26 – DESPESA DO PESSOAL	85

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	8
1. VISÃO GERAL DA UNIDADE	9
1.1. Finalidade e competências	9
1.2. Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade	10
1.3. Breve histórico da entidade	10
1.4. Organograma.....	10
2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL	15
2.1. Planejamento Organizacional	15
2.1.1. Descrição sintética dos objetivos do exercício.....	16
2.1.2. Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos	16
2.1.3. Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos	17
2.2. Desempenho Orçamentário	17
2.2.1. Execução descentralizada com transferência de recursos	17
2.2.2. Informações sobre a realização das receitas.....	20
2.2.3. Informações sobre a execução das despesas	20
2.3. Desempenho Operacional	21
2.4. Gestão das multas aplicadas em decorrência da atividade de fiscalização.....	25
2.5. Apresentação e análise de indicadores de desempenho	28
3. GOVERNANÇA	30
3.1. Descrição das estruturas de governança	30
3.2. Informações sobre dirigentes e colegiados	31
3.3. Gestão de riscos e controles internos	31
4. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	33
4.1. Canais de acesso do cidadão	33
4.2. Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários	35
4.3. Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade.....	35
4.4. Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações	36
5. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	37
5.1. Desempenho financeiro no exercício.....	37
5.2. Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos.....	37
5.3. Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade	39
5.4. Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas	40
6. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	41
6.1. Gestão de pessoas	41
6.1.1. Estrutura de pessoal da unidade	41
6.1.2. Demonstrativo das despesas com pessoal.....	43
6.1.3. Contratação de mão de obra temporária	43

6.2.	Gestão da tecnologia da informação	44
6.2.1.	Principais sistemas de informações.....	44
7.	<i>OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES</i>	47
8.	<i>ANEXOS E APÊNDICES</i>	49

APRESENTAÇÃO

O CREA-PB em consonância com os órgãos de controle e fiscalização e em atendimento aos conteúdos dos relatórios exigidos pelo Tribunal de Contas da União – TCU, na Decisão Normativa TCU nº 146, de 30 de setembro de 2015, na Portaria TCU nº 321, de 30 de novembro de 2015, como também à Decisão PL nº 0077, de 13 de fevereiro de 2014, que define as diretrizes e os procedimentos para o acompanhamento da gestão, a prestação de contas e a apresentação de relatório de gestão do Sistema CONFEA/CREA, elaborou este documento para cumprir as referidas exigências e demonstrar a transparência da gestão.

Neste relatório de gestão, consta a visão geral da unidade, com sua finalidade e competências, normas e regulamento; planejamento organizacional e desempenhos orçamentário e operacional; governança; relacionamento com a sociedade; desempenho financeiro e informações contábeis; áreas especiais da gestão, como gestão de pessoas e gestão da tecnologia da informação; conformidade da gestão e demandas dos órgãos de controle, e outras informações relevantes.

O documento está estruturado em oito capítulos que trata dos assuntos acima citados através de explicações, quadros, gráficos e figuras com o intuito de tornar fácil a leitura e a compreensão.

O item Conformidade da gestão e demandas dos órgãos de controle visa explicar os encaminhamentos dados às recomendações tanto do TCU como de órgãos de controle interno ao CREA-PB, bem com as ocorrências de dano ao erário. Os quadros referentes a Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento e Medidas adotadas para apuração e ressarcimento de danos ao Erário, respectivamente, não foram preenchidos em virtude de não haver aplicabilidade para este Conselho, conforme demonstrados nos referidos itens.

O capítulo 7 relativo a Outras informações faz menção às principais participações do CREA-PB, quer seja representado pela direção superior, conselheiros ou corpo gerencial, em eventos relevantes e importantes para o Sistema CONFEA/CREA, como também para a sociedade.

Os demais capítulos estão descritos com seus conteúdos de acordo com o solicitado com a finalidade de atender às exigências do TCU.

1. VISÃO GERAL DA UNIDADE

Este capítulo objetiva atender o disposto no Anexo II da DN TCU nº 146, de 30 de setembro de 2015, no seu conteúdo estão expostas as características básicas do funcionamento do CREA-PB, sua estrutura e ambiente de atuação. A seção foi organizada em quatro subseções: “Finalidade e competências”, “Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade”, “Breve histórico da entidade” e “Organograma”.

1.1. Finalidade e competências

As finalidades e competências institucionais do CREA-PB estão definidas na Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966 e no seu Regimento Interno, publicado em www.creapb.org.br.

A Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, decreta que os Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA) são órgãos de fiscalização do exercício de profissões de engenharia, arquitetura e agronomia, em suas regiões.

Dentre as atribuições dos Conselhos Regionais, conforme a Lei nº 5.194/66 podemos destacar:

- *examinar reclamações e representações acerca de registros;*
- *julgar e decidir, em grau de recurso, os processos de infração da presente Lei e do Código de Ética;*
- *julgar, em grau de recurso, os processos de imposição de penalidades e multas;*
- *organizar o sistema de fiscalização do exercício das profissões reguladas pela presente Lei;*
- *examinar os requerimentos e processos de registro em geral, expedindo as carteiras profissionais ou documentos de registro;*
- *sugerir ao Conselho Federal medidas necessárias à regularidade dos serviços e à fiscalização do exercício das profissões reguladas nesta Lei;*
- *agir, com a colaboração das sociedades de classe e das escolas ou faculdades de engenharia, arquitetura e agronomia, nos assuntos relacionados com a presente Lei;*
- *cumprir e fazer cumprir a presente Lei, as resoluções baixadas pelo Conselho Federal, bem como expedir atos que para isso julguem necessários;*
- *registrar as tabelas básicas de honorários profissionais elaboradas pelos órgãos de classe;*

As finalidades e competências do Plenário, Câmaras Especializadas, Presidência, Diretoria, Inspeção, Comissões Permanentes, Comissões Especiais e dos Grupos de Trabalho estão dispostas no Regimento do CREA-PB, aprovado pela Decisão Plenária PL nº 2105/2004, de 9 de dezembro de 2004.

1.2. Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Paraíba-CREA-PB foi criado e instalado pela Resolução nº 171, de 29 de agosto de 1968, na forma estabelecida pelo Decreto Federal nº 23.569, de 11 de dezembro de 1933, e mantido pela Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, e é regido pelo Regimento Interno homologado pelo Plenário do CONFEA em Sessão Plenária Ordinária de nº 1.325 por meio do Parecer 1294/2004, PL 2105/2004 em 9 de dezembro de 2004.

A estrutura organizacional do CREA-PB é regulada pela Portaria nº 07, de 10 de abril de 2007 – Regulamento Administrativo e de Gestão de Pessoas do CREA-PB; assim como o quadro de pessoal e o Plano de Cargos, Carreiras e Salários – PCCS aprovados com texto alterados pelas: Emenda nº 1 de 9 de dezembro de 2010 aprovada por meio da Decisão de Diretoria nº 34/2010 e homologada pela Decisão Plenária nº PL-256/2010 - Portaria nº 47 de 14 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União em 30/12/2010. Emenda nº 2 de 1º de fevereiro de 2012 aprovada por meio da Decisão de Diretoria nº 02/2012 e homologada pela Decisão Plenária nº PL-38/2012 - Portaria nº 52 de 30 de abril de 2012, publicada no Diário Oficial da União em 05/06/2012. Emenda nº 3 de 21 de janeiro de 2013 aprovada por meio da Decisão de Diretoria nº 001/2013 e Decisão Plenária nº PL-009/13 – Portaria nº 018 de 02 de abril de 2013, publicada no Diário Oficial da União em 08/04/2013.

1.3. Breve histórico da entidade

Antes denominado Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, o CREA da 16ª região foi criado em 1967, com sede em João Pessoa e jurisdição nos Estados da Paraíba e Rio Grande do Norte (Resolução nº 165, de 27 de outubro de 1967). Em 23 de março de 1968 passou a atender exclusivamente o Estado da Paraíba e, em 1972, adquiriu sua sede própria no endereço que até hoje está localizado, na Av. Dom Pedro I, centro da capital paraibana. No final de 2011, com a saída dos arquitetos para a criação do seu próprio Conselho profissional, passou a constituir-se como Conselho de Engenharia e Agronomia do Estado da Paraíba.

Ao longo de sua história, o CREA-PB contou com 11 presidentes e, a partir de 2012, passou a ser presidido por Giucélia de Araújo Figueiredo, primeira mulher a assumir o cargo de presidência do Conselho.¹

1.4. Organograma

Nesta subseção, será apresentada a estrutura organizacional do CREA-PB, isto é, a forma pela qual as funções, atividades, procedimentos, tarefas e operações são planejados, organizados, coordenados e controlados para a melhor consecução dos objetivos e metas estabelecidas.

A Figura 1 retrata o organograma do CREA-PB, aprovado no Regulamento Administrativo e de Gestão de Pessoas.

¹ www.creapb.org.br

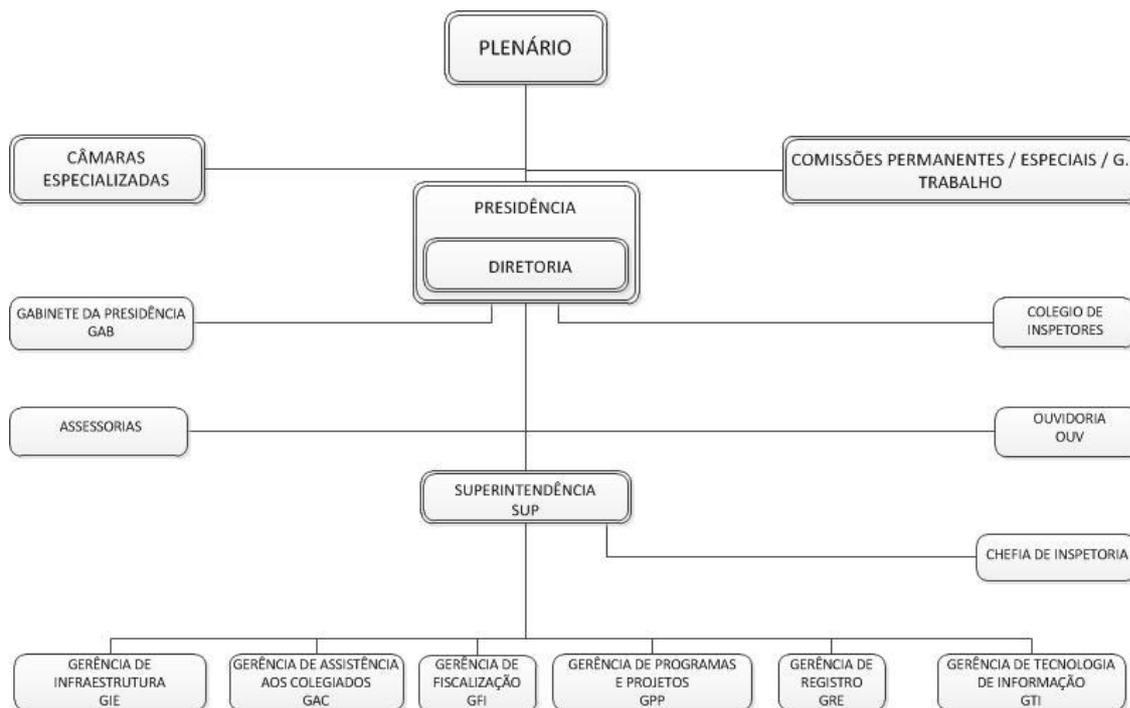


Figura 1 - Organograma do CREA-PB

Fonte: Regulamento Administrativo e de Gestão de Pessoas do CREA-PB - Anexos

A estrutura organizacional do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado da Paraíba – CREA-PB é formada pelas estruturas descritas a seguir:

Estrutura Básica responsável pela criação de condições para o desempenho integrado e sistemático das finalidades do Conselho Regional, sendo composta por órgãos de caráter decisório ou executivo, compreendendo: Plenário, Câmaras Especializadas, Presidência, Diretoria e Inspetorias, Escritórios e Postos Avançados.

Estrutura de Suporte é responsável pelo apoio aos órgãos da estrutura básica nos limites de sua competência específica, sendo composta por órgãos colegiados de caráter permanente, especial ou temporário compreendendo: Comissão Permanente (Comissão de Ética Profissional -, Comissão de Orçamento e Tomada de Contas, Comissão de Renovação do Terço, Comissão de Meio Ambiente, Comissão de Segurança do Trabalho e Comissão de Relações Institucionais e Profissionais); Comissão Especial (Comissão do Mérito, Comissão Eleitoral Regional, Comissão de Sindicância e Inquérito e Comissão de Licitação) e Grupo de Trabalho.

Estrutura Auxiliar é responsável pelos serviços de atendimento ao público, administrativos, financeiros, contábeis, jurídicos e técnicos e tem por finalidade prover apoio para o funcionamento da Estrutura Básica e da Estrutura de Suporte.

As Inspetorias são unidades desconcentradas e estão localizadas nas cidades de Campina Grande, Guarabira, Patos, Pombal, Sousa, Cajazeiras e Itaporanga, cada uma com a sua área de circunscrição para atuação.

O Quadro 1, a seguir, identifica os respectivos gestores que compuseram o rol de responsáveis do CREA-PB no exercício de referência do Relatório de Gestão.

QUADRO 1 - RELAÇÃO DOS DIRETORES			
	Nome	Cargo/Função	Pedido de Designação
1	GIUCÉLIA ARAÚJO DE FIGUEIREDO	Presidente	01.01.2015 a 31.12.2017
2	ADILSON DIAS DE PONTES	1º Vice-Presidente	09.02.2015 a 31.12.2015
3	ANTONIO MOUSINHO FERNANDES FILHO	2º Vice-Presidente	09.02.2015 a 31.12.2015
4	MARTINHO NOBRE TOMAZ DE SOUZA	1º Secretário	09.02.2015 a 31.12.2015
5	LUIZ DE GONZAGA SILVA	2º Secretário	09.02.2015 a 31.12.2015
6	RONALDO SOARES GOMES	1º Tesoureiro	09.02.2015 a 31.12.2015
7	LUIS EDUARDO DE VASCONCELOS CHAVES	2º Tesoureiro	09.02.2015 a 31.12.2015

Fonte: Gabinete da Presidência

As finalidades e atribuições das unidades organizacionais que compõem o CREA-PB constam no Regulamento Administrativo e de Gestão de Pessoas do CREA-PB, Portaria nº 07, de 10 de abril de 2007, conforme descrição resumida abaixo:

Art. 7º Os órgãos de Assessoramento tem como atribuição básica o seguinte:

I – O Gabinete da Presidência – GAB tem como função precípua apoiar o Plenário em suas sessões, a Presidência e a Diretoria, em todas as suas atividades;

II - A Assessoria Jurídica – AJU cabe a assistência jurídica primordialmente à Presidência, aos demais órgãos colegiados, conselheiros, órgãos de gerência, direção e assessoramento. Manifesta-se por meio de despachos e pareceres dirimindo dúvidas, mesmo quando verbalmente solicitadas, a fim de orientar a prática de atos administrativos;

V – A Assessoria de Controle Interno - ACI compete exercer o controle e a supervisão do orçamento do Conselho, bem assim todas as despesas efetuadas, bem como toda a parte de controladoria em relação a tramitação de processos;

VI - A Ouvidoria – OUV compete à responsabilidade de mediar conflitos direcionados a soluções de controle interno e demandas externas, críticas, elogios, sugestões e denúncias relacionadas às atividades do CREA-PB, aumentando o retorno positivo para a instituição e o público-alvo que são os profissionais do sistema e clientes; apoiando o consumidor em todas as suas demandas relacionadas a legislação do Sistema CONFEA/CREA'S;

VIII - A Assessoria Técnica Institucional – ATI atenderá demandas institucionais externas advindas de convênios, órgãos e instituições públicas, governo federal, estadual, municipal, entidades de classe, instituições de ensino, e demais demandas designadas pela Presidência

Art. 8º Aos órgãos da Administração Geral, Superintendência, Gerência da Infraestrutura, Gerência de Registros, Gerência de Fiscalização, Gerência de Tecnologia da Informação, Gerência de Assistência aos Colegiados, Chefia de Inspeção, Gerência de Programa e Projetos, cabem, respectivamente:

I - A Superintendência – SUP compete gerir a administração geral do Conselho conforme determinações da Presidência, assessorar a Presidência na questão econômico-financeira; supervisionar a elaboração dos projetos orçamentários; encaminhar à Presidência, pedidos de aquisição de materiais e serviços;

II - A Gerência da Infraestrutura – GIE compete às atividades relacionadas com administração e controle de pessoal, programas financeiros, orçamento, processamento contábil, bem como a movimentação de valores, além das atividades relacionadas com material, patrimônio, serviços gerais, transportes, arquivo, guarda e movimentação de bens;

III - A Gerência de Registros – GRE compete realizar todos os serviços de atendimento ao público, protocolo geral, registro de profissionais e de pessoas jurídicas, anotações de responsabilidade técnica e acervo técnico, envio de cartas de cobrança e cancelamento de registros, engenharia pública, além de manutenção do cadastro atualizado;

IV - A Gerência da Fiscalização – GFI compete coordenar e programar o sistema de fiscalização do exercício profissional de pessoas física e jurídica ligadas à engenharia e agronomia e demais profissões reguladas e fiscalizadas por este Conselho;

V - A Gerência de Tecnologia de Informação – GTI compete programar, elaborar, organizar, dirigir, orientar, supervisionar, controlar e coordenar todas as atividades técnico-científicas de informática; desenvolver programas básicos de computação para implantação e alteração de dados; manter sob sua guarda programas de computação, necessários às atividades do Conselho;

VI - A Gerência de Assistência aos Colegiados – GAC tem como função básica apoiar todas as atividades das Câmaras Especializadas e da Estrutura de Suporte que compreende as Comissões, Grupos de Trabalho, no desempenho de suas atividades regimentais;

VII – A Seção de Chefia de Inspetoria é ocupada por todos os empregados designados por ato administrativo da Presidência, com competência para gerenciar os trabalhos administrativos, atendimento e fiscalização das Inspetorias e Escritórios;

VIII – A Gerência de Programas e Projetos – GPP é responsável pela consecução de programas e projetos que visam angariar recursos para o CREA-PB;

IX - As Assessorias Técnicas competem dar assistência à Presidência, Diretoria, Inspetorias, Superintendência, Gerências sobre assuntos técnico-administrativos e de gestão, relativos às atividades do Conselho e ao exercício das profissões envolvidas.

Art. 9º Serão instituídas Assessorias Adjuntas e Subgerências correspondentes a Assessoria Técnica dos Colegiados, Assessoria Jurídica e Gerências, dependendo da natureza e o volume de serviços exigidos nesses setores.

Em virtude do volume de serviços e visando uma maior celeridade e eficiência nos serviços prestados aos profissionais e à sociedade, bem como a valorização dos empregados, foram criadas, desde de 2014, conforme prevê o artigo acima, as seguintes sub-gerências e assessoria: Sub-gerência de Registro, Sub-gerência de Fiscalização, Sub-gerência de Tecnologia de Informação e a Assessoria Jurídica Adjunta.

A Decisão de Diretoria do CREA-PB nº 07/2011, de 07 de abril de 2011, aprova o Ato Normativo Interno nº 01/2011 que cria o Colégio de Inspetores do CREA-PB e institui o seu Regimento:

Art. 1º - O Colégio de Inspetores do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia da Paraíba tem por objetivo precípua buscar a unidade de ação preconizada no artigo 24 da Lei nº 5.194/66 visando auxiliar nas diretrizes de Fiscalização do CREA-PB, no que se refere a:

I - aprimorar a atuação dos inspetores e consolidá-los como líderes de suas regiões, promovendo seminários, palestras, cursos, debates e outros eventos correlatos;

II - discutir e propor diretrizes para a fiscalização do CREA-PB;

III - discutir e propor ações que auxiliem na consolidação do processo de descentralização administrativa e financeira do CREA-PB;

IV- traçar diagnóstico da atuação das Inspetorias e dos Escritórios;

V - traçar estratégias para melhorar as relações institucionais na sociedade, promovendo a valorização dos profissionais do Sistema CONFEA/ CREA'S, como agentes transformadores, importantes para o desenvolvimento sustentável dos municípios;

VI - promover maior aproximação do Colégio de Inspetores com o Plenário do CREA-PB, como fórum agregador ético e parceiro.

Ainda sobre as unidades organizacionais, o Quadro 2, a seguir, identifica os respectivos gestores que estiveram no comando das áreas do CREA-PB no exercício de referência do Relatório de Gestão.

Fonte: Gabinete da Presidência

QUADRO 2 - RELAÇÃO DOS GESTORES POR UNIDADE ORGANIZACIONAL			
Unidade Organizacional	Nome	Cargo	Período de designação
ICA	VERNECK ABRANTES DE SOUSA	INSPECTOR TITULAR	Termo de Posse
EPO	FELEMON BENGINO DE ARAÚJO	INSPECTOR TITULAR	Termo,de Posse
IGA	JOSÉ PESSOA FILHO	INSPECTOR TITULAR	Termo de Posse
IPA	ANTONIO ALVES DE LIMA JUNIOR	INSPECTOR TITULAR	Termo de Posse
ICA	WAGNER SARAIVA ALEXANDRE	INSPECTOR TITULAR	Termo de Posse
ITA	ERNANI JOSÉ COSTA DINIZ	INSPECTOR TITULAR	Termo de Posse
ESA	ROBERTO ALEXANDRE DE ASSIS	INSPECTOR TITULAR	Termo de Posse
GAB	SONIA RODRIGUES PESSOA	CHEFE DE GABINETE	Portaria N° 06/2000
OUV	ALMÉRIA VITÓRIA S. CARNIATO	OUIDORA	Portaria N° 35/2012
ATEC	RAIMUNDO NONATO L. DE SOUSA	ASSESSOR TÉCNICO	Portaria N° 02/2012
ATI	CORJESU PAIVA DOS SANTOS	ASS. INSTITUCIONAL	Portaria N° 37/2010
ASCOM	GRAZIELLE CAROLINE U.P. DA CUNHA	ASS. COMUNICAÇÃO	Portaria N° 25/2013
AJU	ISMAEL MACHADO DA SILVA	ASS.JURÍDICA	Portaria N° 29/2005
ACI	MARIA ELISABETE VILA NOVA	ASS. CONTROLE INTERNO	Portaria N° 02/2015
SUP	ANTONIO CARLOS DE ARAGÃO	SUPERINTENDENTE	Portaria N° 03/2012
GIE	JOÃO GOMES DA FONSECA	GER. INFRAESTRUTURA	Portaria N° 64/1995
GTI	JOSIMAR DE CASTRO B. SOBRINHO	GER. TECNOLOGIA	Portaria N° 07/2013
GFI	.ANTONIO CÉSAR PEREIRA MOURA	GER. FISCALIZAÇÃO	Portaria N° 03/2011
GRE	Mª INEZ DAMASCENO MAFRA CAJU	GER. REGISTRO	Portaria N° 65/1995
GAC	RENATA MARIA BATISTA ALVES	GER. APOIO AOS COLEGIADOS	Portaria N° 81/2013
GPP	SÉRGIO QUIRINO DE ALMEIDA	GER. PROJETOS	Portaria N° 11/2013

2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

Com o objetivo de atender o disposto no Anexo II da DN TCU nº 146, de 30 de setembro de 2015, o conteúdo deste Capítulo tem como finalidade descrever informações sobre como o CREA-PB planeja o cumprimento da sua missão, apresentação dos objetivos e indicadores de monitoramento do alcance dos resultados e demonstração sintética da execução do orçamento, bem como demonstração dos resultados relevantes relacionados à operação da unidade e vinculados ao cumprimento dos seus objetivos, ações e metas estabelecidas no planejamento organizacional, com exceção do subitem Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade que não se aplicam a este Conselho.

2.1. Planejamento Organizacional

Tendo em vista que o último planejamento estratégico do CREA-PB terminou no exercício de 2014, durante o exercício de 2015 foi realizado um novo planejamento estratégico institucional para o período 2015-2018.

O plano foi construído sobre três eixos temáticos, direcionadores da atuação deste conselho, compreendendo os objetivos, as estratégias, as metas e os planos de ação. Mediante esses artefatos, houve uma interação tanto com o ambiente interno - os servidores, colaboradores e todo o corpo que compõe o CREA-PB - como com o ambiente externo - os profissionais e a sociedade em geral - buscando melhorar e aperfeiçoar os processos e os procedimentos de forma a prestar sempre um serviço mais eficiente à sociedade. As ações deste conselho são pautadas por cinco pilares que, na formulação do PE, sublinhamos como Credibilidade, Compromisso, Ética, Transparência e Responsabilidade Social.

Os três eixos temáticos, a saber são: Gestão, Fiscalização do exercício profissional e Integração com a sociedade. Esses eixos serviram de balizadores para a definição dos objetivos estratégicos, das estratégias e das metas para o período 2015-2018. Com a definição dos objetivos estratégicos traçados para o período foi elaborado o plano de ação.

A Identidade Organizacional do CREA-PB está definida pela sua Visão, sua Missão e pelos seus Princípios e Valores, conforme segue:

Definição da Visão

O CREA-PB ser reconhecido como um Conselho de referência na prestação de serviços de qualidade.

Definição da Missão

Servir à sociedade com ética, eficiência, compromisso e transparência, assegurando, por meio da fiscalização, que as profissões da área tecnológica sejam exercidas por profissionais habilitados.

Definição dos Valores ou Princípios e Valores

Credibilidade, Compromisso, Ética, Transparência e Responsabilidade Social.

O Planejamento Estratégico foi baseado em três eixos temáticos definidos a seguir:

1. Eixo Gestão

Buscar maior eficácia nos resultados da gestão de recursos humanos, físicos e financeiros.

2. Eixo Exercício Profissional

Fiscalização do exercício e da atividade profissional para assegurar à sociedade e ao meio ambiente a prestação de serviços por profissionais habilitados.

3. Eixo Integração Com a Sociedade

Integrar as ações do CREA-PB à sociedade paraibana.

2.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício

A adoção dos eixos temáticos possibilitou agrupar os objetivos estratégicos, conforme segue abaixo:

Eixo Gestão

Objetivos Estratégicos

1. *Melhorar os serviços prestados pelo CREA-PB;*
2. *Melhorar os processos e os procedimentos da Gestão do CREA-PB;*
3. *Aprimorar o atendimento aos usuários;*
4. *Aperfeiçoar o processo de comunicação interna;*
5. *Aperfeiçoar o processo de gestão organizacional.*

Eixo Exercício Profissional

Objetivos Estratégicos

1. *Ampliar a fiscalização, buscando maior eficiência;*
2. *Otimizar o processo de fiscalização.*

Eixo Integração Com a Sociedade

Objetivos Estratégicos

1. *Melhorar a comunicação com a sociedade;*
2. *Ampliar mecanismos de segurança no prédio do CREA-PB;*
3. *Proporcionar acessibilidade física e virtual aos usuários do CREA-PB;*
4. *Fortalecer relação com instituições de ensino;*
5. *Buscar transparência nas atribuições profissionais.*

Os objetivos organizacionais proporcionam benefícios e cumprem os papéis de guias para a ação, motivação e envolvimento dos colaboradores e garantia de racionalidade na tomada de decisão. Conforme Anexo I, QUADRO 3 – EIXOS ESTRATÉGICOS apresentamos uma síntese dos objetivos, estratégias e metas dos eixos temáticos gestão, exercício profissional e integração com a sociedade.

A execução das estratégias foi diluída nos planos de ação para se tornar uma realidade. O plano de ação é um desdobramento do processo de planejamento. No processo de Planejamento Estratégico do CREA-PB 2015-2018, foram elaborados mais de quarenta planos de ação, envolvendo Gabinete, Superintendência, Ouvidoria, todas as Assessorias e Gerências.

2.1.2 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

Considerando-se que o plano estratégico do órgão que congrega os conselhos regionais, o Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA), compreende um horizonte 2011-2022 e é baseado em cinco eixos temáticos, a saber: Formação profissional, Exercício profissional,

Organização do sistema, Integração profissional e sociedade e Inserção internacional. Após processo deliberativo, ficou definido que o CREA-PB construiria seu plano, baseado em três eixos temáticos, a saber: gestão, fiscalização do exercício profissional e integração com a sociedade. Esses eixos constituíram o marco e serviram de balizadores para a definição dos objetivos estratégicos, das estratégias e das metas para o período 2015-2018.

2.1.3 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos

Definir medidas de avaliação e monitoramento do processo de implementação do plano estratégico requer, em primeiro lugar, a definição de indicadores que venham facilitar sua operacionalização no cotidiano da gestão, dos processos, e se constituam em instrumentos de trabalho da gestão.

Como instrumento de monitoramento da execução dos resultados o CREA-PB criou um Comitê Gestor do Planejamento Estratégico que se reunirá mensalmente para acompanhar e avaliar a execução dos planos de ação e do Planejamento Estratégico como um todo.

2.2. Desempenho Orçamentário

O CREA-PB encerrou o exercício de 2015 com um déficit orçamentário de R\$ 28.991,44 (vinte e oito mil, novecentos e noventa e um reais e quarenta e quatro centavos), efetivou-se a arrecadação de 88,03% (oitenta e oito vírgula três por cento) da receita prevista que correspondeu ao valor de R\$ 9.526.316,54 (nove milhões, quinhentos e vinte e seis mil, trezentos e dezesseis reais e cinquenta e quatro centavos), como também foram empenhadas 88,30% (oitenta e oito vírgula trinta por cento) da despesa fixada que correspondeu ao valor total de R\$ \$ 9.555.307,98 (nove milhões, quinhentos e cinquenta e cinco mil, trezentos e sete reais e noventa e oito centavos).

2.2.1. Execução descentralizada com transferências de recursos

Durante o exercício de 2013 o CREA-PB firmou 06 (seis) convênios com o CONFEA, sendo eles: 8º CEP (Congresso Estadual de Profissionais) onde foi repassado para este Conselho R\$ 31.904,31 (trinta e um mil, novecentos e quatro reais e trinta e um centavos) e o PRODESU (Programa de Desenvolvimento Sustentável) onde foi repassado para este Conselho R\$ 782.870,06 (setecentos e oitenta e dois mil, oitocentos e setenta reais e seis centavos).

Nos exercícios de 2014 e 2015 também foram firmados 06 (seis) convênios com o CONFEA em cada exercício, todos referente ao PRODESU sendo repassado em 2014 um total de R\$ 1.152.386,91 (um milhão, cento e cinquenta e dois mil, trezentos e oitenta e seis reais e noventa e um centavos) e em 2015 um total de R\$ 538.459,20 (quinhentos e trinta e oito mil, quatrocentos e cinquenta e nove reais e vinte centavos). Conforme Anexo II, QUADRO 4 - RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS E DOS MONTANTES TRANSFERIDOS NOS ÚLTIMOS TRÊS EXERCÍCIOS.

No exercício de 2015 tivemos 06 (seis) prestações de contas de convênios relacionadas ao PRODESU, celebrados no exercício de 2014. Foram repassados R\$ 921.414,87 (novecentos e vinte e um mil, quatrocentos e quatorze reais e oitenta e sete centavos) dos R\$ 922.663,95 (novecentos e vinte e dois mil, seiscentos e sessenta e três reais e noventa e cinco centavos) previstos da soma dos projetos iniciais do PRODESU. Essa diferença de R\$ 1.249,08 (hum mil, duzentos e quarenta e nove reais e oito centavos) é encontrada no projeto de Eleições que tinha como valor inicial de repasse R\$ 75.966,00 (setenta e cinco mil, novecentos e sessenta e seis reais), mas somente

75.000,00 (setenta e cinco mil reais) foram repassados, e no projeto de Representação Institucional que tinha como valor inicial de repasse R\$ 47.783,08 (quarenta e sete mil, setecentos e oitenta e três reais e oito centavos), mas somente foram repassados 47.500,00 (quarenta e sete mil e quinhentos reais). Todos os convênios relacionados ao PRODESU tiveram suas contas finais prestadas no exercício de 2015, conforme quadro a seguir:

QUADRO 5 – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATOS DE REPASSE - CONFEA

Unidade Concedente					
Nome: CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA					
UG/GESTÃO:					
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Contratos de repasse	...
Exercício do relatório de gestão	Contas Prestadas	Quantidade	06		
		Montante Repassado	921.414,87		
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-		
		Montante Repassado	-		
Exercícios anteriores	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-		
		Montante Repassado	-		

Fonte: Listagem de Convênios - Gerência de Programas e Projetos.

QUADRO 6 – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATOS DE REPASSE - MUTUA

Unidade Concedente					
Nome: CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS PROFISSIONAIS DO CREA					
UG/GESTÃO:					
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Contratos de repasse	...
Exercício do relatório de gestão	Contas Prestadas	Quantidade	03		
		Montante Repassado	48.500,00		
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-		
		Montante Repassado	-		
Exercícios anteriores	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-		
		Montante Repassado	-		

Fonte: Listagem de Convênios - Gabinete da Presidência.

No exercício de 2015 tivemos 03 (três) prestações de contas referentes a convênios firmados com a MÚTUA-PB, onde foi repassado para o CREA-PB o montante de R\$ 48.500,00 (quarenta e oito mil e quinhentos reais). Todos estes convênios firmados tiveram suas contas finais prestadas no exercício de 2015.

Todas as contas que foram prestadas durante o exercício de 2015, as quais são referentes ao PRODESU executado no exercício de 2014, ainda não foram analisados pelo CONFEA.

QUADRO 7 – SITUAÇÃO DA ANÁLISE DAS CONTAS PRESTADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA DO RELATÓRIO DE GESTÃO - CONFEA.

Unidade Concedente ou Contratante				
Nome: CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA				
UG/GESTÃO:				
Contas apresentadas ao repassador no exercício de referência do relatório de gestão		Instrumentos		
		Convênios	Contratos de repasse	...
Contas analisadas	Quantidade aprovada	-		
	Quantidade reprovada	-		
	Quantidade de TCE instauradas	-		
	Montante repassado (R\$)	-		
Contas NÃO analisadas	Quantidade	06		
	Montante repassado (R\$)	921.414,87		
Fonte: Listagem de Convênios - Gerência de Programas e Projetos.				

Dentre as 03 (três) contas que foram prestadas no exercício de 2015, referente a convênios firmados com a MÚTUA-PB, apenas 01 (uma) foi analisada e aprovada pela Concedente, o convênio cujo objeto era a publicação de uma nota na revista de ações institucionais do Sistema CONFEA/CREA's/MUTUA. Os 02 (dois) convênios restantes, ainda não foram analisados pela unidade Concedente, conforme Anexo III, QUADRO 8 – SITUAÇÃO DA ANÁLISE DAS CONTAS PRESTADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA DO RELATÓRIO DE GESTÃO - MUTUA.

De acordo com consultas realizadas junto ao órgão concedente de recursos financeiros, é de entendimento que o mesmo não se utiliza de prazo limite para finalizar a análise das prestações de contas, ou seja, não há como relatar a existência de atraso na análise de prestação de contas junto ao CONFEA, pois o mesmo não segue um prazo pré-estipulado para análise das mesmas.

Fazendo uma análise crítica sobre transferências de recursos e suas prestações de contas podemos afirmar que todas as transferências de recursos repassadas ao CREA-PB são aplicadas em conformidade com as legislações existentes, não havendo situações de inadimplência nas prestações de contas. É notável também que não há oscilações significativas no que tange à quantidade e o volume de recursos transferidos nos últimos exercícios.

Todos os prazos de entrega das prestações de contas são cumpridos de forma rigorosa por este conselho. É de grande relevância ressaltar as estruturas de controle interno que previnem e/ou detectam possíveis equívocos nos processos de transferências de recursos. O Concedente possui

vários setores de acompanhamento dos convênios firmados com o convenente, além de haver visitas de auditores do concedente para verificar a aplicação do recurso transferido. Já os controles internos que concernem ao convenente, neste caso o CREA-PB, o mesmo possui em seu organograma a Gerência de Programas e Projetos que acompanha todos os projetos e convênios do PRODESU.

2.2.2. Informações Sobre a Realização das Receitas

No exercício de 2014 foram arrecadados R\$ 9.218.616,09 (nove milhões, duzentos e dezoito mil, seis centos e dezesseis reais e nove centavos), enquanto que no exercício de 2015, como está demonstrado no quadro abaixo foi arrecadado R\$ 9.526.316,54 (nove milhões, quinhentos e vinte e seis mil, trezentos e dezesseis reais e cinquenta e quatro centavos), isso se justifica pelo fato que durante o exercício de 2015, a gestão promoveu uma conciliação para que os profissionais e empresas que estivessem em atraso, pudessem se regularizar junto ao Conselho, com isso houve um aumento na receita de anuidades. Também foi realizada uma atualização das faixas de capital das empresas gerando um aumento nas anuidades de pessoas jurídicas. Efetuamos ainda alienação de um imóvel localizado na cidade de Guarabira-PB, tudo isso contribuiu para o montante arrecadado no exercício de 2015, conforme evidencia o Anexo IV, QUADRO 9 - COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A REALIZADA DURANTE O EXERCÍCIO.

2.2.3. Informações Sobre a Execução das Despesas

As modalidades de licitação utilizadas pelo CREA-PB durante os exercícios de 2014 e 2015 foram em sua maioria pregão, havendo também uma licitação na modalidade convite e uma contratação por meio de licitação na modalidade tomada de preço. No que tange às despesas referentes ao regime de execução especial (suprimento de fundos), pode-se afirmar que tais despesas foram executadas para atender a sede deste Conselho assim como suas 07 (sete) inspetorias. As despesas com suprimento de fundos são divididas em despesas de pronto pagamento (despesas miúdas) e despesas com combustível.

As despesas relacionadas às contratações diretas, as quais se dividem em contratações por dispensa e por inexigibilidade, foram executadas após o parecer jurídico confirmando que tais contratações poderiam ser realizadas sem processo licitatório.

As despesas com Pessoal, não levando em consideração os Encargos Patronais, corresponderam à 43,99% (quarenta e três inteiros e noventa e nove centésimos por cento) do total das despesas executadas em 2014 e 52,00% (cinquenta e dois inteiros por cento) em 2015, conforme evidencia o Anexo V, QUADRO 10 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO.

Conforme Anexo VI, QUADRO 11 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA, as despesas se apresentam divididas em Despesas Correntes e Despesas de Capital. Nota-se que, de acordo com as orientações encontradas no Relatório de Gestão 2015 para a elaboração desta planilha, existe apenas 02 (dois) grupos de despesa nas Despesas Correntes e apenas 01 (um) grupo de despesa nas Despesas de Capital. Percebe-se também que as despesas com Equipamentos e Materiais Permanentes no exercício de 2014 foram consideravelmente maiores em relação ao exercício de 2015, fator esse que pode ser entendido pela distribuição de valores repassados pelo CONFEA através do Convênio PRODESU (Programa de Desenvolvimento Sustentável) que se modifica a cada exercício.

Realizando uma análise crítica da realização da despesa no exercício de 2015 a execução da despesa teve por base a proposta orçamentária elaborada no final do exercício de 2014. Houve um aumento de 13,05% (treze inteiros e cinco centésimos por cento) nas despesas de Remuneração com Pessoal, já nas despesas referente ao grupo Outras Despesas Correntes, houve uma redução de 14,47% (quatorze inteiros e quarenta e sete centésimos por cento) ambas em relação ao exercício de 2014.

No que tange as despesas realizadas através de processos licitatórios no exercício de 2015, observa-se uma redução acentuada nos dispêndios, onde no exercício de 2014 a despesa realizada por modalidades de licitação foi de R\$ 1.445.203,80 (um milhão, quatrocentos e quarenta e cinco mil, duzentos e três reais e oitenta centavos) e no exercício de 2015 apenas R\$ 433.618,93 (quatrocentos e trinta e três mil, seiscentos e dezoito reais e noventa e três centavos). Um dos fatores que contribuíram para que ocorresse essa significativa redução de despesas é o fato de que em 2014 o CREA-PB adquiriu veículos e mobiliários, o que não ocorreu no exercício de 2015.

A execução de despesas realizada por este conselho ocorreu também através de contratações diretas, por dispensa ou inexigibilidade. O caso de contratação por inexigibilidade que pode ser destacado é a da aquisição de materiais de limpeza e higiene, assim como às aquisições de gêneros alimentícios, ambas contratações não obtiveram êxito como modalidade de licitação, pois não haviam interessados em participar da sessão pública. Os casos em que as contratações se dão por dispensa são àqueles em que o valor da aquisição do bem ou da prestação do serviço contratado não ultrapassa o valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) para bens comuns. Levando em consideração esse raciocínio, toda despesa realizada pelo CREA-PB que se enquadrou neste limite de valor máximo foi encaminhada à assessoria jurídica para que o parecer de dispensa de licitação fosse devidamente anexado ao processo. Não foi observada nenhuma oscilação significativa em contratações por dispensa com relação ao exercício anterior.

O exercício de 2015 foi marcado por um cenário de crise econômica que tomou proporções bastante preocupantes a nível nacional. A arrecadação do CREA-PB teve uma redução significativa, reflexo de um inesperado esfriamento no setor econômico.

Diante deste cenário este conselho se obrigou a entrar com medidas imediatas de contingenciamento de despesas para evitar problemas futuros com o orçamento. Houve também medidas de levantamento de receita como forma de aliviar a pressão financeira. Dentre as medidas adotadas pelo CREA-PB podemos destacar as reduções de gastos e a elaboração de um Planejamento Estratégico.

2.3. Desempenho Operacional

No exercício de 2015, os objetivos estratégicos que balizaram a gestão foram os seguintes: aprimoramento da fiscalização do CREA-PB; aprimoramento na área de TI para obter melhores resultados operacionais; melhorar a gestão gerencial visando a qualificação operacional do CREA-PB; fortalecer a fiscalização para melhorar a gestão financeira; divulgar com mais intensidade nossas legislações junto a sociedade; dar mais visibilidade ao CREA-PB e aumentar a sua capacidade de ação nos diversos municípios do Estado.

Ainda com base nestes objetivos estratégicos e nos objetivos e nas finalidades dos projetos do Programa de Desenvolvimento Sustentável – PRODESU, que atenderam aos eixos: exercício profissional e organização do sistema, obedecendo a agenda estratégica do CONFEA, foi possível planejar as ações de forma a adequar os recursos financeiros disponíveis aos projetos prioritários, contemplando as áreas finalística e meio com foco na eficácia e eficiência da gestão para cumprir a Missão do Conselho.

No exercício de 2015 foram executados seis projetos que tiveram linha de financiamento do PRODESU, a saber: Prodafisc – Programa de desenvolvimento e aprimoramento da fiscalização; Representação Institucional, que tem como objetivo viabilizar a participação dos conselheiros em reuniões do calendário oficial do Sistema CONFEA/CREA; Tecnologia da Informação – TI, que trata da estruturação tecnológica da sede para viabilizar a segurança da informação e manter uma rede de alta performance; Estruturação Física - auxílio financeiro para construção da Inspeção de Guarabira; Prodacom – programa de comunicação e divulgação institucional e Prodafin que contemplou a organização e higienização do acervo digital de 500.000 documentos e importação de massa de dados. Todos esses programas, exceto Estruturação Física, contribuíram para o aprimoramento dos processos de trabalho de registro, acervo, fiscalização e atendimento no Sistema.

Outras ações de cunho institucional, social e político serão relatadas no item específico, **Capítulo 7**, que mostrará informações diversas a respeito da gestão 2015 e que não foram contempladas nos itens anteriores.

O quadro que segue demonstra as ações e os projetos adotados para alcançar os objetivos estratégicos conforme já mencionado anteriormente e logo a seguir está descrito de forma sucinta cada ação e seus resultados.

QUADRO 12 - AÇÕES ADOTADAS PARA ATINGIR OS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS		
Objetivo	Projeto (se houver)	Ações
Aprimorar a fiscalização do Crea	Aprimoramento da fiscalização	Realização de seminários de fiscalização
		Realização de fiscalização itinerante
		Realização de fiscalização com intercâmbio de agente fiscal
Aprimoramento na área de TI para obter melhores resultados operacionais	Qualificação da TI	Aquisição de equipamentos softwares Reestruturação no ambiente
	Aprimoramento do SITAC	Implantação de novos módulos do Sistema Corporativo Parceria implantação SITAC
Melhorar a gestão gerencial visando a qualificação operacional do Crea	Valorização dos Empregados	Participação de empregados em eventos
	Planejamento Estratégico	Elaboração do Planejamento Estratégico 2015-2018
Diversificação da fiscalização para melhorar a gestão financeira	Abrangência da Fiscalização em diversas modalidades	Fiscalização em parcerias com outros órgãos, atingindo diversas modalidades
Divulgar com mais intensidade nossas legislações, junto a sociedade	Divulgação do CREA-PB junto a Sociedade	Divulgação em (site, redes sociais, <i>mailing</i>) e outros meios de comunicação, tais como jornal, rádio, televisão e mídia impressa.
	Aprimoramento da Comunicação e Ouvidoria	Acesso à informação
	Convênio e parcerias	Convênios e parcerias com MP/PB, TCE, COPAM, SUDEMA, SPU e Prefeituras
	Interlocução com as instituições de ensino superior	IF/PB, UFCG, UFPB, IPOG, FIP, UNIPE, UNISSAU e UNIPB
Dar mais visibilidade ao CREA-PB e aumentar a sua capacidade de ação nos diversos municípios do Estado	Fortalecimento das Inspeções	Início da obra de construção de sede da Inspeção de Guarabira.
		Agenda de cursos de educação continuada

Fonte: Planejamento Estratégico

Anualmente, a Gerência de Fiscalização elabora o seu Plano de Fiscalização para traçar as metas a serem alcançadas, tendo como premissas principais formar/capacitar o seu quadro de agentes fiscais e integrar a equipe, identificar e alcançar o maior número de estabelecimentos e modalidades do Sistema a serem fiscalizadas, aumentar a arrecadação do CREA-PB identificando as irregularidades, desempenhando o seu papel preventivo e educativo.

Dessa forma, as seguintes ações realizadas foram os pilares dessa Gerência: seminários de fiscalização ocorridos em julho de 2015 na cidade de João Pessoa e em outubro na cidade de Sousa. Estes Seminários de Fiscalização com o seu caráter formador e integrador dos agentes fiscais, alcançaram seus objetivos uma vez que teve a participação efetiva destes, dos convidados e palestrantes e foi possível construir um modelo de fiscalização positivo que contribua para o aperfeiçoamento do trabalho e a sustentabilidade do Sistema além de proporcionar aos profissionais da região uma aproximação do CREA-PB.

Com o objetivo de intensificar e dinamizar a fiscalização, dentre essas, foram realizadas às “fiscalizações itinerantes” na jurisdição de algumas Inspetorias, com o intercâmbio dos agentes fiscais. Como também foram realizadas fiscalizações em conjunto com diversos órgãos, tais como: Ministério Público do Estado da Paraíba (MP/PB) - fiscalizações em unidades de saúde, Abrigos e Instituições Permanentes de Idosos, Supermercados, Restaurantes e Estádios de Futebol; Secretaria Estadual de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca (SEDAP) - fiscalizados os Estabelecimentos de Comercialização de Agrotóxicos e o uso de Agrotóxicos em plantios de culturas temporárias e permanentes da região; Corpo de Bombeiros do Estado da Paraíba - fiscalizadas as Estruturas Metálicas das Arquibancadas e Trios elétricos para eventos temporários, como também os Parques de Diversões e Estádios de Futebol; Sindicato da Indústria da Construção Civil de João Pessoa – PB (SINDUSCON/JP), com a fiscalização orientativa quanto à questão de Segurança do Trabalho por parte do Sindicato e do CREA a fiscalização do exercício profissional.

As ações estratégicas também refletiram no processo de modernização do CREA-PB desde a implantação, em 2013, do novo sistema corporativo, o Sistema de Informações Técnicas e Administrativas do CREA-PB – SITAC que é responsável por uma parceria inédita entre os CREA’S, sendo o CREA-PB convidado para participar, em 2015, com uma equipe interdisciplinar da implantação do referido Sistema nos estados de Alagoas e Rio Grande do Norte, bem como recebeu a visita dos CREA’S dos estados de Pernambuco e Rio Grande do Norte, promovendo a troca de experiências e padronização dos procedimentos.

As ações de parcerias, convênios, divulgação, acesso à informação e visibilidade do CREA-PB contribuíram para uma agenda positiva dando continuidade aos projetos iniciados ao longo dos últimos três anos.

A Assessoria de Comunicação e a Ouvidoria prosseguiram cada uma com sua especificidade, com uma atuação eficiente no sentido não só da divulgação institucional, como da aproximação do Regional em direção aos profissionais da área tecnológica, por um lado e, por outro, da sociedade paraibana como um todo, ao passo em que a própria existência do CREA diz respeito ao bem estar e segurança da população.

Desta forma, foi trabalhada a divulgação através das próprias mídias do Regional (site, redes sociais, *mailing*) e outros meios de comunicação, tais como jornal, rádio, televisão e mídia impressa. As ações visaram primordialmente à divulgação da legislação do Conselho, com o intuito de promover a conscientização popular no que diz respeito ao exercício legal das profissões tecnológicas e como parte da política de valorização profissional.

O Conselho vem desenvolvendo o seu papel social e a sua missão realizando relevantes ações através dos convênios e das parcerias com prefeituras e com os órgãos de controle e fiscalização como o Tribunal de Contas do Estado - TCE, Ministério Público da Paraíba - MP/PB, o Conselho de Proteção Ambiental - COPAM e a Superintendência de Administração do Meio Ambiente – SUDEMA.

Uma ação contínua e de grande destaque é com o MP/PB, que leva ao conhecimento do gestor público, autoridades do município e sociedade em geral, a necessidade de cumprir o Estatuto do Idoso em relação à acessibilidade e, em audiências públicas em diversos municípios do Estado foram assinados Termo de Ajuste de Conduta - TAC para o cumprimento desse artigo do referido Estatuto; foram realizadas também vistorias nas Instituições de Longa Permanência de Idoso - ILPI.

O relacionamento com as instituições de ensino superior permaneceu sólido e próximo desse público promovendo ações, sejam de divulgação, de colaboração ou capacitação dos profissionais e empregados.

Dessa forma, foram realizadas palestras para os estudantes da área tecnológica no Centro de Tecnologia da Universidade Federal da Paraíba - UFPB e Faculdades Maurício de Nassau com o objetivo de informar os futuros profissionais sobre o Sistema CONFEA/CREA, assim como debater sobre assuntos que influenciam no exercício da profissão.

Permaneceram todos os convênios já existentes com diversas instituições de ensino superior, como Centro Universitário de João Pessoa – UNIPE, Faculdades Integradas de Patos – FIP e Faculdade Unida da Paraíba – UNIPB, com a Faculdade Maurício de Nassau cujo objetivo é a cooperação técnico-educacional entre os convenientes para incentivar a participação dos profissionais e empregados do CREA-PB nos cursos de graduação, pós-graduação e MBA ministrados pela instituição de ensino e com o Instituto de Pós-Graduação e Graduação - IPOG, a divulgação dos cursos de pós-graduação e desconto para os profissionais do Sistema CONFEA/Crea e empregados.

2.4. Gestão das multas aplicadas em decorrência da atividade de fiscalização

Este item tem por objetivo informar sobre a gestão das multas aplicadas pelo CREA-PB em decorrência da competência exercida sobre a fiscalização do exercício profissional.

QUADRO 13 - ACOMPANHAMENTO DA ARRECADAÇÃO DE MULTAS - Quantidade

QUANTIDADES DE MULTAS

Multas Aplicadas		Arrecadadas		Canceladas Administrativamente		Processo Administrativo (Não Arrecadadas)												Validação	
						Suspensas Administrativamente		Multas não inscritas no CADIN		Multas com Risco de Prescrição Executória		Outras		Total das Multas Exigíveis e Definitivamente Constituídas		Demais Situações			
Período de Competência	Quantidade	Exercícios		Exercícios		Exercícios		Exercícios		Exercícios		Exercícios		Exercícios		Exercícios		2015	2014
		2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014		
2015	2.256	0	-	19	-	0	-	0	-	0	-	0	-	269	-	0	-	Erro	-
2014	1.659	0	0	0	23	0	0	0	0	0	0	0	0	0	445	0	0	Erro	Erro
Total	3.915	0	0	19	23	0	0	0	0	0	0	0	0	269	445	0	0	-	-
Validação do Estoque de Multas Aplicadas		Erro	Erro																

Notas Explicativas Assessoria Jurídica:

Multas Aplicadas (Autos elaborados - Informação da Gerência de Fiscalização)

Arrecadadas (Informações repassadas pelo Financeiro)

Canceladas Administrativamente (Arquivadas - Informação da Gerência de Fiscalização)

Suspensas Administrativamente (Informação da Gerência de Fiscalização)

Multas Exigíveis e Definitivamente Constituídas (multas na Dívida Ativa)

Demais Situações (restante de parcelamento)

QUADRO 14 - ACOMPANHAMENTO DA ARRECADAÇÃO DE MULTAS - Valores (R\$ 1,00)

MONTANTE FINANCEIRO (R\$)

Multas Aplicadas		Descontos		Arrecadadas		Canceladas Administrativamente		Processo Administrativo (Não Arrecadadas)						Validação	
								Suspensas Administrativamente		Multas Exigíveis e Definitivamente Constituídas		Demais Situações			
Período de Competência	Valores	Exercícios		Exercícios		Exercícios		Exercícios		Exercícios		Exercícios		2015	2014
		2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014		
2015	3.257.543,24	0,00	-	301.614,88	#VALOR !	17.529,52	-	0,00	-	563.039,34	-	40.353,83	-	Erro	-
2014	2.016.651,98	0,00	0,00	35.509,82	326.654,27	0,00	24.529,51	0,00	0,00	0,00	816.176,03	0,00	24.212,06	Erro	Erro
Total	5.274.195,22	0,00	0,00	337.124,70	326.654,27	17.529,52	24.529,51	0,00	0,00	563.039,34	816.176,03	40.353,83	24.212,06	-	-
Validação do Estoque de Multas Aplicadas				Erro		Erro									

Notas Explicativas Assessoria Jurídica:

Multas Aplicadas (Autos elaborados - Informação da Gerência de Fiscalização)

Arrecadadas (Informação repassadas pelo Financeiro)

Canceladas Administrativamente (Arquivadas - Informação da Gerência de Fiscalização)

Suspensas Administrativamente (Informação da Gerência de Fiscalização)

Multas Exigíveis e Definitivamente Constituídas (multas na Dívida Ativa)

Demais Situações (restante de parcelamento)

QUADRO 15 - ACOMPANHAMENTO DA ARRECADAÇÃO DE MULTAS**ARRECADAÇÃO EFETIVA (R\$)**

Período de Competência da Multa Aplicada	Valores efetivamente arrecadados	
	Exercícios	
	2015	2014
2015	301.614,88	-
2014	35.509,82	326.654,27
Total	337.124,70	326.654,27

Fonte: Setor de Contabilidade

QUADRO 16 - INDICADORES DE MULTAS DAS ENTIDADES FISCALIZADORAS - ACÓRDÃO 482/2013-TCU- PLENÁRIO

Subitem do Acórdão	Unid.	Multas	Fórm.	2015	2014
9.6.1 Número absoluto e percentual de pessoas físicas ou jurídicas pendentes de inscrição no Cadin.	Qtde	Não inscritas no Cadin	a	0	0
	Qtde	Exigíveis e Definitivamente Constituídas	b	269	445
	%	Físico	a/b x 100	0,00%	0,00%
9.6.2 Número absoluto e percentual de processos de cobrança de multas que (...) sofram maiores riscos de prescrição.	Qtde	Risco de Prescrição Executória	a	0	0
	Qtde	Exigíveis e Definitivamente Constituídas	b	269	445
	%	Físico	a/b x 100	0,00%	0,00%
9.6.3 Quantidade de multas canceladas em instâncias administrativas, os valores associados a estas multas e os percentuais de cancelamento em relação ao total de multas aplicadas anualmente.	Qtde	Canceladas	a	19	23
	Qtde	Aplicadas	b	3.915	1.659
	%	Físico	a/b x 100	0,49%	1,39%
	R\$	Canceladas	c	17.529,52	24.529,51
	R\$	Aplicadas	d	5.274.195,22	2.016.651,98
%	Financeiro	c/d x 100	0,33%	1,22%	
9.6.3 Quantidade de multas suspensas em instâncias administrativas, os valores associados a estas multas e os percentuais de suspensão em relação ao total de multas aplicadas anualmente.	Qtde	Suspensas	a	0	0
	Qtde	Aplicadas	b	3.915	1.659
	%	Físico	a/b x 100	0,00%	0,00%
	R\$	Suspensas	c	0,00	0,00
	R\$	Aplicadas	d	5.274.195,22	2.016.651,98
%	Financeiro	c/d x 100	0,00%	0,00%	
9.6.4 Percentuais de recolhimento de multas (em valores e em número de multas recolhidas)	Qtde	Arrecadadas	a	0	0
	Qtde	Aplicadas	b	3.915	1.659
	%	Físico	a/b x 100	0,00%	0,00%
	R\$	Arrecadadas	c	337.124,70	326.654,27
	R\$	Aplicadas	d	5.274.195,22	2.016.651,98
%	Financeiro	c/d x 100	6,39%	16,20%	

2.5. Apresentação e análise de indicadores de desempenho

Desenvolver uma gestão eficiente e comprometida com os resultados, requer principalmente em instituições públicas, diversas transformações. O surgimento de lideranças internas, a incorporação de técnicas modernas de gestão, o estabelecimento de metas de desempenho mensuráveis, um quadro de pessoal participativo e o comprometimento com uma gestão de melhor qualidade são algumas dessas transformações. Os indicadores, além de facilitarem o processo de gerenciamento e de tomada de decisão, representam a base para a construção da melhoria contínua da organização. Eles representam a variável a que estão associados, ou seja, representam a dimensão que se quer avaliar.

Durante o processo de elaboração do planejamento estratégico buscou-se evidenciar a importância da mensuração de indicadores de desempenho dentro das próprias gerências, o que refletiu nos planos de ação elaborado pelas mesmas.

O quadro seguinte apresenta resultados alcançados no exercício de acordo com as principais metas estabelecidas e conforme a realização das ações acima descritas.

QUADRO 17 - DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ALCANÇADOS NO EXERCÍCIO			
Descrição da Meta	Meta prevista	Meta realizada	% de realização da meta
Realização de Seminários de Fiscalização	Realizar dois seminários ao ano	Realização de dois Seminários nas Inspetorias	100
Capacitação de agentes fiscais	Capacitar toda equipe de agentes fiscais	Capacitação realizada com os seminários, cursos, palestras, simpósios e eventos	100
Fiscalização de estabelecimentos e modalidades específica	Intensificar a fiscalização itinerante, em diversas modalidades e estabelecimentos de prestação de serviços	Realização de fiscalização na zona rural e estabelecimentos (supermercados, agências bancárias, hotéis/motéis, postos de gasolina e etc.)	90
Aperfeiçoamento do SITAC	Implantar novos módulos	Implantação dos Módulos Conselheiro, Fiscal, Dívida Ativa, Receituário Agrônomico e Plenária Digital	80
Valorização profissional	Capacitar os profissionais; disponibilizar recursos tecnológicos (SITAC);	Realização de cursos de educação continuada, palestras e simpósios; facilidade de acesso aos serviços do CREA-PB	80
Redução de custos	Aperfeiçoar a atividade meio	Digitalização dos processos; implantação de ilhas de impressão; controle dos contratos de prestação de serviços	80
Valorização da Ouvidoria	Registrar e resolver as demandas	Equacionamento das demandas oriundas de site, e-mail, telefone, face, presencial e etc.	68
Valorização das Entidades de Classe	Realizar parcerias e convênios	Realização de convênios para repasse monetário; parcerias para cursos e disponibilização da sala das entidades	90
Inserção e Divulgação do CREA-PB	Divulgar o CREA-PB promover e participar de eventos	Divulgação das ações do CREA-PB nas mídias; promoção de diversos eventos nos municípios	80
Fonte: Relatórios gerenciais			

3. GOVERNANÇA

Este capítulo objetiva atender o disposto no Anexo II da DN TCU nº 146, de 30 de setembro de 2015, no seu conteúdo estão informações de como a unidade está estruturada para o cumprimento da sua missão, especialmente sobre poder decisório e articulação institucional, avaliação dos riscos de comprometimento de objetivos estratégicos e instituição de controles para mitigação, entre outras informações, com exceção dos subitens Atuação da unidade de auditoria interna, Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos, Política de remuneração dos administradores e membros de colegiados e Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada que não se aplicam a este Conselho.

3.1. Descrição das estruturas de governança

O CREA-PB em sua estrutura organizacional é composto pela estrutura básica, estrutura de suporte e estrutura auxiliar, sendo a estrutura básica responsável pela criação das condições para o desempenho integrado e sistemático das finalidades do Conselho Regional, que compreende o plenário, câmaras especializadas, presidência, diretoria e inspetorias.

O Plenário, a Presidência e a Diretoria terão suas atividades operacionais apoiadas pelo Gabinete da Presidência. As Câmaras Especializadas, na qualidade de órgãos colegiados autônomos, para o exercício de suas atribuições, disporão de apoio da Gerência de Apoio aos Colegiados. Os trabalhos de atendimento e fiscalização desenvolvidos nas Inspetorias serão executados por pessoal da Estrutura Auxiliar do CREA-PB, sob a coordenação da Superintendência.

O plenário é constituído por 43 (quarenta e três) conselheiros titulares, representantes das instituições de ensino superior e entidades de classe (Universidades, Sindicato, Associações, Clube e Instituto), que formaram as 04 (quatro) câmaras especializadas.

Além das câmaras especializadas os conselheiros assumiram as Comissões Permanentes (Comissão de Ética Profissional, Comissão de Orçamento e Tomada de Contas, Comissão de Renovação do Terço, Comissão de Meio Ambiente, Comissão de Segurança do Trabalho e Comissão de Relações Institucionais e Profissionais); as Comissões Especiais (Comissão do Mérito, Comissão Eleitoral Regional, Comissão de Sindicância e Inquérito e Comissão de Licitação) e os Grupos de Trabalho (Grupo Técnico de Acessibilidade e Grupo Técnico de Engenharia Pública e Assistência Técnica).

As sessões plenárias ordinárias do ano de 2015, com pautas previamente estabelecidas, foram realizadas mensalmente conforme o calendário anual definido e aprovado na primeira sessão plenária ordinária do ano.

A câmara especializada é o órgão decisório da estrutura básica do CREA-PB que tem por finalidade apreciar e decidir os assuntos relacionados à fiscalização do exercício profissional, e sugerir medidas para o aperfeiçoamento das atividades do Conselho Regional, constituindo a primeira instância de julgamento no âmbito de sua jurisdição.

No exercício de 2015 foram constituídas as seguintes: Câmara Especializada de Engenharia Civil e Agrimensura - CEECA, Câmara Especializada de Engenharia Elétrica - CEEE, Câmara Especializada de Agronomia - CEAG, Câmara Especializada de Engenharia Mecânica, Metalurgia, Química, Geologia e Minas – CEEMQGM. Todas tiveram suas atuações de acordo com o Plano de Trabalho de cada uma, elaborado em sintonia com o exercício profissional e com as ações da Gerência de Fiscalização.

3.2. Informações sobre os dirigentes e colegiados

O Plenário é o órgão colegiado decisório da estrutura básica que tem por finalidade decidir os assuntos relacionados às competências do Conselho Regional, constituindo a segunda instância de julgamento no âmbito de sua jurisdição, é constituído por um presidente e por conselheiros regionais, brasileiros, diplomados nas áreas da Engenharia, da Agronomia, da Geologia, da Geografia e da Meteorologia.

O conselheiro regional é o profissional habilitado de acordo com a legislação em vigor, registrado e em dia com as obrigações perante o Sistema CONFEA/CREA, representante de entidades de classe ou de instituições de ensino superior dos grupos profissionais das áreas acima mencionadas.

O conselheiro regional e seu suplente, representantes docentes de instituição de ensino superior e entidades de classe são indicados ou eleitos por seus colegiados e na forma de seus estatutos, respectivamente, têm seus mandatos distribuídos em anuênio, biênio e triênio, conforme renovação do terço que acontece anualmente.

O plenário do CREA-PB constituído por 43 (quarenta e três) conselheiros titulares, representantes das instituições de ensino superior e entidades de classe, teve a seguinte composição durante o exercício de 2015, conforme Anexo VII, QUADRO 18 - COMPOSIÇÃO DO PLENÁRIO NO EXERCÍCIO 2015.

A diretoria do CREA-PB, órgão executivo da estrutura básica, que tem por finalidade auxiliar a Presidência no desempenho de suas funções e decidir sobre questões administrativas, tem sua composição apresentada no Capítulo 1 – VISÃO GERAL DA UNIDADE.

A Diretoria é constituída na primeira sessão plenária ordinária do ano, seus membros são eleitos pelo plenário, sendo permitida uma única recondução.

O presidente é eleito pelo voto direto e secreto dos profissionais registrados e em dia com as obrigações perante o Sistema CONFEA/CREA, de acordo com a Lei nº 8.195, de 26 de junho de 1991, e com resolução específica baixada pelo CONFEA.

3.3. Gestão de riscos e controles internos

Existente na estrutura, conforme o Regulamento Administrativo e de Gestão de Pessoas do CREA-PB, a Assessoria de Controle Interno, com a competência de exercer o controle e a supervisão do orçamento do Conselho, das despesas efetuadas, bem como toda a parte de controladoria em relação à tramitação de processos, que teve sua atuação iniciada no exercício de 2015. Os controles são feitos de forma a atender as exigências da gestão pública.

Em relação ao controle e a supervisão do orçamento e das despesas efetuadas, todos os procedimentos são gerenciados pela Gerência de Infraestrutura responsável por essas atividades com o acompanhamento diário e efetivo da Superintendência e a análise da Comissão de Orçamento e Tomada de Contas, que mensalmente, após avaliação, emite parecer para submeter à apreciação do Plenário.

Os procedimentos de controle e o monitoramento, de fundamental importância para o funcionamento e melhoria de desempenho das atividades, assim como a fiscalização, ainda não são considerados suficientes, mas se comparado com anos anteriores, percebe-se que houve um avanço e existe o compromisso de implementar ações e procedimentos que possam aferir de forma mais eficaz esses elementos.

Na avaliação de risco estão evidenciadas as fragilidades, porém não interferiram negativamente para o alcance dos resultados.

A comunicação é um elemento essencial e, através da nova política de comunicar internamente nos diversos níveis hierárquicos, foi possível estabelecer uma relação de confiança e parceria no âmbito do Regional, sabendo-se que esta flui tanto informalmente, como com as reuniões de direção ocorridas mensalmente e com os comunicados formais.

Em resumo, algumas mudanças contribuíram para a melhoria da avaliação do sistema de controles internos, conforme análise dos principais elementos do sistema de controle interno pontuado de acordo com a situação real vivenciada pelo CREA-PB, que, num esforço conjunto da direção e empregados, busca constantemente mecanismos e procedimentos para a melhoria dos resultados e a eficiência da gestão.

4. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

Este capítulo objetiva atender o disposto no Anexo II da DN TCU nº 146, de 30 de setembro de 2015, no seu conteúdo estão expostas as informações sobre a estratégia, estrutura, instrumentos e canais de comunicação da unidade com os usuários de seus produtos e serviços ou cidadãos em geral.

Nesse sentido a Ouvidoria, entendida como instrumento da democracia através de seus espaços plurais e abertos, tem procurado através da mediação, auxiliar no sentido de encontrar soluções para as demandas oriundas dos cidadãos.

Considerada como um importante instrumento democrático em defesa do cidadão, da sociedade e do aperfeiçoamento e controle dos serviços ofertados pelo CREA-PB, um canal ágil e imparcial de comunicação entre a sociedade e o Conselho. Atua também como importante ferramenta de controle social e de gestão democrática, na medida em que o foco é a defesa do cidadão, ao mesmo tempo em que contribui para o aprimoramento da gestão, nos patamares de referência em sustentabilidade gerencial.

Do ponto de vista operacional, a Ouvidoria do CREA-PB busca uma relação diferenciada entre o cidadão e a gestão. Isso leva à necessidade de desenvolver ações efetivas, com participação e envolvimento de toda estrutura administrativa do Conselho, que aliado à utilização de ferramentas tecnológicas, vem contribuindo para que o fluxo das manifestações entre os setores do CREA-PB ocorram com agilidade e presteza.

4.1. Canais de acesso do cidadão

Durante o exercício de 2015, a Ouvidoria recebeu 540 demandas originárias dos diversos meios de comunicação disponíveis, que são: eletrônico, telefone e presencial. Além do endereço de email ouvidoria@creapb.org.br e do site www.creapb.org.br, também são disponibilizados os números: 0800-724-2500, (83) 3533-2510 ou (83) 3533-2559.

O gráfico abaixo demonstra as formas de recebimento das demandas, verificou-se que o telefone, com 69% foi o canal de comunicação mais utilizado pelos cidadãos, a evidência desse fato pode ser explicada, tanto pela facilidade de acesso a comunicação via nº 0800-724-2500, quanto pela garantia da celeridade no encaminhamento e solução das demandas. Por outro lado, observa-se também um aumento das demandas por e-mail, seguido de denuncia presencial. Isso nos dá a dimensão de que o atendimento ao público foi bastante expressivo.

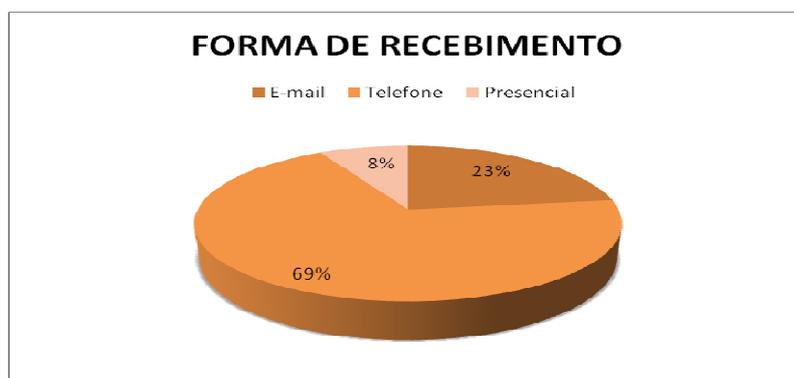


Gráfico 1 – FORMA DE RECEBIMENTO DA DEMANDA

Fonte: Ouvidoria

As manifestações tem origem nos diferentes grupos de usuários, entre eles: profissionais, empresas, universidades, funcionários e o público em geral.

No ano de 2015, conforme o quadro abaixo das 540 demandas recepcionadas, cerca de 54% foram originárias de usuários (público em geral) e 28,7% anônimas e estão relacionadas predominantemente as construções irregulares e de péssima qualidade, ausência de responsável técnico na obra e a falta de fiscalização. O problema se agrava ainda mais quando se trata de denúncias originadas de cidades do interior do Estado. Em relação aos 12% das denúncias feitas pelos profissionais, a maioria estão reacionadas a demora nas respostas e comunicação deficitária.

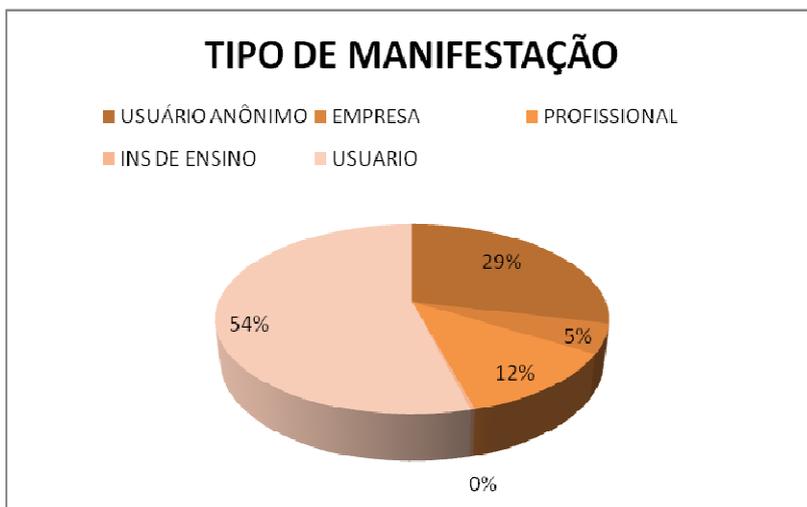


Gráfico 2 – TIPO DE MANIFESTAÇÃO

Fonte: Ouvidoria

As demandas recepcionadas são classificadas em razão de seu conteúdo, conforme quadro abaixo. As denúncias e reclamações são tratadas pela Ouvidoria com total sigilo protegendo o denunciante (Decreto nº3029 art.27.). Dos registros feitos pela Ouvidoria, uma parte significativa continua relacionada à Gerência de Fiscalização um total de 359 pedidos, seguido de 82 pedidos de informação, 50 consultas e 38 reclamações, 08 elogios e 03 sugestões, englobando assuntos pertinentes as diversas áreas operacionais e de gestão do Conselho.

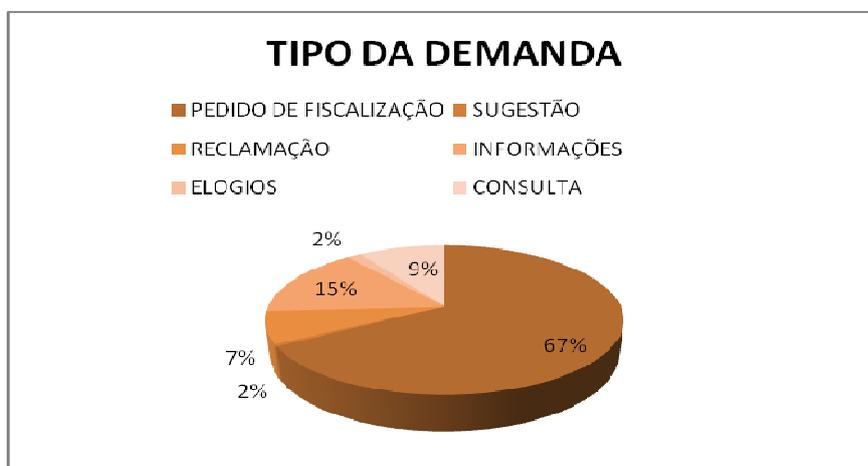


Gráfico3 – TIPO DA DEMANDA

Fonte: Ouvidoria

Em relação ao desempenho da Ouvidoria no exercício de 2015, das 540 demandas recebidas e encaminhadas, 68,4% foram concluídas e 31,6% encontram-se em tramitação.



Gráfico4 – SITUAÇÃO DA DEMANDA

Fonte: Ouvidoria

4.2. Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

O CREA-PB tem como metas do seu planejamento estratégico a aferição do grau de satisfação dos seus usuários, conforme segue abaixo, que se encontra em fase de implantação.

QUADRO 19 – PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO - EIXO GESTÃO

OBJETIVOS	ESTRATÉGIAS	METAS
Melhorar os serviços prestados pelo CREA-PB	<p>Aferir o nível de satisfação dos usuários do Sistema CREA-PB</p> <p>Priorizar o atendimento das necessidades detectadas nas pesquisas de satisfação</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Realizar pesquisa de satisfação com os usuários externos do CREA-PB; - Realizar pesquisa de satisfação com os colaboradores do CREA-PB; - Realizar pesquisa de satisfação com membros do plenário do CREA-PB; - Realizar pesquisa de satisfação com outras partes interessadas. <ul style="list-style-type: none"> - Estabelecer referenciais de níveis de satisfação com as partes interessadas; - Estabelecer periodicidade das pesquisas face aos resultados.

4.3. Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

Com o objetivo de manter a transparência da gestão, preconizada no Art. 5º - Informação como direito fundamental e Art. 37 – Princípio da Publicidade como princípio da Administração Pública, da Constituição Federal e pela lei denominada “Lei de Acesso à Informação”, Lei nº 12.527/2011 e seu decreto regulamentador nº 7724/2012, além da Ouvidoria está disponível também no endereço www.creapb.org.br, no menu “Acesso a Informação”,

informações a respeito da gestão contemplando o “Formulário de Pedido de Informação”, facilitando a interação com o cidadão.

4.4. Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

Em atendimento ao Decreto Lei 5.296 de 2 de dezembro de 2004 - Regulamenta as Leis n°s 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade, o CREA-PB consciente da sua responsabilidade desenvolve um trabalho de extrema importância numa ação contínua em parceria com o MP/PB, através de audiências públicas, com explanações em diversos municípios do estado, leva ao conhecimento do gestor público, autoridades e sociedade em geral, a necessidade de cumprir o Estatuto do Idoso em relação à acessibilidade, o que resulta em assinaturas de Termo de Ajuste de Conduta - TAC para o cumprimento desse artigo do referido Estatuto.

Em suas instalações os ambientes são adaptados com a utilização de elevadores e rampas de acesso, mobiliário e para o atendimento ao público é disponibilizado guichê específico e em seu quadro de pessoal é contemplado um empregado portador de necessidade especial.

A modernização com o Sistema Corporativo – SITAC, disponibilizado aos profissionais e público interessado, acessível de qualquer parte via web, atende em parte as normas de acessibilidade.

Ainda relativo às instalações, todas as Inspetorias estão adaptadas de acordo com a sua necessidade e a Inspetoria de Campina Grande foi equipada com uma plataforma elevatória para portadores de necessidades especiais.

5. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

Este capítulo objetiva atender o disposto no Anexo II da DN TCU nº 146, de 30 de setembro de 2015, no seu conteúdo estão expostos o conjunto de informações sobre a execução financeira relevante no contexto de atuação da unidade, demonstração do desempenho financeiro, demonstrações contábeis e notas explicativas.

5.1. Desempenho financeiro do exercício

A receita bruta total do CREA-PB, durante o exercício de 2015 foi de R\$ 11.658.353,28 (onze milhões, seiscentos e cinquenta e oito mil, trezentos e cinquenta e três reais e vinte e oito centavos).

Conforme dispõe a Lei nº 6.496/77 foi remetido a MUTUA a título de cota parte o valor de R\$ 831.169,28 (Oitocentos e trinta e um mil, cento e sessenta e nove reais e vinte e oito centavos) correspondente ao percentual de 20% (vinte por cento) sobre as receitas com Anotação de Responsabilidade Técnica – ART que apresentou um valor bruto de R\$ 4.722.552,70 (quatro milhões, setecentos e vinte e dois mil, quinhentos e cinquenta e dois reais e setenta centavos).

Em concordância com a Lei 5.194/66 foi remetido ao CONFEA a título de cota parte o valor de R\$ 566.706,32 (quinhentos e sessenta e seis mil, setecentos e seis reais e trinta e dois centavos), correspondente ao percentual de 12% (doze por cento) sobre: as receitas com Anotação de Responsabilidade Técnica – ART (após a dedução do percentual devido a cota parte da MUTUA); as receitas de contribuições; as receitas de serviços; as receitas financeiras (excluindo-se as remunerações de depósito bancários e aplicações financeiras); as receitas de dívida ativa e multas de infrações.

Em resumo, após as deduções de todas as cotas partes devidas este Conselho obteve uma arrecadação líquida durante o exercício de 2015 de R\$ 9.334.916,54 (nove milhões, trezentos e trinta e quatro mil, novecentos e dezesseis reais e cinquenta e quatro centavos).

A origem das receitas do CREA-PB é composta principalmente pela arrecadação das ART's, que corresponderam a 35,62% (trinta e cinco vírgula sessenta e dois por cento) da receita líquida total, e da arrecadação das anuidades de profissionais e empresas, que corresponderam a 48,66% (quarenta e oito vírgula sessenta e seis por cento) da receita líquida total, ambos do exercício de 2015.

5.2. Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

O CREA-PB vem aplicando os dispositivos contidos na NBC T 16.9, para alcançar o valor justo dos bens móveis e intangíveis foram utilizados como base os registros históricos dos bens tombados e inventariados, sendo realizadas pesquisas de preço para identificar os valores vigentes para os mesmos bens. Conhecendo as datas e incorporações pode-se identificar a vida útil utilizada de cada um dos bens e sua vida útil futura.

Mediante vistoria realizada concomitante à realização do inventário, foi identificado o estado de conservação de cada item. A partir disso foi possível calcular o índice de reavaliação dos moveis tangíveis e intangíveis e apurar os ganhos e perdas verificados no patrimônio desse órgão. O valor justo foi obtido mediante pesquisa de preço junto ao sítio preço atualizado.

Para mensuração e avaliação dos veículos, foram realizadas pesquisas de preços de automóveis usados junto ao sitio da FIPE.

Para avaliação dos imóveis foram tomados como parâmetros os valores obtidos dos imóveis comercializados nas proximidades dos prédios pertencentes ao CREA-PB, levando em consideração os valores dos terrenos e das edificações e instalações, separadamente.

O CREA-PB realizou um completo inventário e identificou a necessidade de realizar inúmeras baixas patrimoniais, sendo parte por ser considerados inservíveis ou antieconômicos. Todos esses bens móveis foram objeto de baixas mediante procedimento de leilão ou doação.

Para definir os valores atualizados dos bens imóveis pertencentes ao CREA-PB, foram avaliados o tempo de utilização dos bens e seu estado de conservação, além de pesquisa de preço de vendas de imóveis negociados na região onde se encontra localizado o imóvel. Para apuração dos valores dos imóveis foram segregados os terrenos das edificações, na forma recomendada pela Secretaria do Tesouro Nacional através da MACROFUNÇÃO 020300, visto que sobre terrenos não se aplica o processo de depreciação.

QUADRO 20 – VIDA ÚTIL x VALOR RESIDUAL

-	Vida útil (anos)	Valor Residual
Sede (Edifícios)	25	10%
Subsedes/Salas/Garagens	25	10%
Móveis e Utensílios de Escritório	10	10%
Máquinas e Equipamentos	10	10%
Instalações	10	10%
Utensílios de Copa e Cozinha	10	10%
Veículos (Administrativo)	10	10%
Veículos (fiscalização)	05	
Equipamentos Processamento de Dados	05	10%
Sistemas de Processamento de Dados – Softwares (amortização)	05	10%
Biblioteca	10	0
Museu e Obras de Arte	-	-

O método utilizado para a Depreciação foi o Método das Cotas Lineares utiliza-se da taxa de depreciação constante durante a vida útil do ativo, caso o seu valor residual não se altere. O valor da depreciação será calculado pela fórmula: Depreciação = $\frac{VB - VR}{VU}$, sendo: VB = Valor do Bem VR = Valor Residual VU = Vida Útil.

QUADRO 21 - RELAÇÃO SINTETICA DE DEPRECIACÃO BENS MOVEIS

Descrição	Valor de Aquisição	Valor Depreciável até dezembro de 2015	Valor Líquido
MOBILIARIO EM GERAL	670.681,76	36.656,35	634.025,41
MÁQUINAS, MOTORES E APARELHOS	202.807,70	9.064,55	193.743,15
VEÍCULOS	936.990,00	180.536,53	756.453,47
EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA	727.002,06	56.752,17	670.249,89
SISTEMAS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	23.925,80	0,00	23.925,80
TOTAL	2.561.407,32	283.009,60	2.278.397,72

Fonte: Relatório Sispat.net – Setor de Patrimônio

QUADRO 22 - RELAÇÃO SINTETICA DE DEPRECIACÃO BENS IMOVEIS

DESCRIMINAÇÃO	Valor de Aquisição	Valor Depreciável até dezembro de 2015	Valor Líquido
EDIFÍCIOS	13.637.656,00	392.764,50	13.244.891,50
TERRENOS	5.017.000,00	0,00	5.017.000,00
TOTAL	18.654.656,00	392.764,50	18.261.891,50

Fonte: Relatório Sispat.net – Setor de Patrimônio

5.3. Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

Considerando que o CREA-PB, adquiriu um novo programa corporativo - SITAC, onde ainda estamos adequando para as novas necessidades do Conselho, não desenvolvemos ainda como calcular os custos, pois não temos como identificar os valores das Receitas por Inspetorias;

Considerando que o CREA-PB, trabalha com o programa Contábil, IMPLANTA, onde é possível trabalhar por sistema de Custos nas Despesas;

Utilizamos uma estrutura para os Centros de Custos por Inspetorias e Sede do Conselho, como segue abaixo:

01.01 - Centro de Custo Inspetoria Guarabira

- 01.02 - Centro de Custo Inspetoria Patos
- 01.03 - Centro de Custo Inspetoria Pombal
- 01.04 - Centro de Custo Inspetoria Campina Grande
- 01.05 - Centro de Custo Inspetoria Sousa
- 01.06 - Centro de Custo Inspetoria Itaporanga
- 01.07 - Centro de Custo Inspetoria Cajazeiras
- 02.00 - Centro de Custo Sede
- 02.01 – Gabinete da Presidência
- 02.02 – Superintendência
- 02.03 - Controladoria
- 02.04 – Assessoria Parlamentar
- 02.05 – Assessoria Institucional
- 02.06 – Assessoria de Comunicação
- 02.07 – Assessoria Jurídica
- 02.08 – Gerência de Infraestrutura
- 02.09 – Gerência de Fiscalização
- 02.10 – Ouvidoria
- 02.11 – Gerência de Atendimento
- 02.12 – Gerência de Apoio aos Colegiados
- 02.13 – Comissão Permanente de Licitação

5.4. Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

No Anexo VIII estão apresentadas as demonstrações contábeis previstas pela Lei nº 4.320/64 e pela NBC T 16.6 aprovadas pela Resolução CFC nº 1.133/2008, ou ainda previstas na Lei nº 6.404/76, incluindo também as Notas Explicativas.

No exercício de 2015 o Balanço Patrimonial apresenta um déficit no valor de R\$ 667.334,00 (seiscentos e sessenta e sete mil, trezentos e trinta e quatro reais), as Variações Patrimoniais demonstra um déficit de R\$ 413.387,38 (quatrocentos e treze mil, trezentos e oitenta e sete reais e trinta e oito centavos) e o Balanço Orçamentário um déficit de R\$ 28.991,44 (vinte oito mil, novecentos e noventa e um reais e quarenta e quatro centavos).

6. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

Este capítulo objetiva atender o disposto no Anexo II da DN TCU nº 146, de 30 de setembro de 2015, no seu conteúdo estão expostas as informações sobre áreas relevantes da gestão que tenham contribuição decisiva para o cumprimento da missão e dos objetivos da unidade, tais como pessoas, tecnologia da informação, gestão patrimonial, fundos e programas não relacionados no PPA, entre outras, com exceção do subitem Gestão de riscos relacionados ao pessoal.

6.1. Gestão de pessoas

Esta seção foi organizada em três subseções: “Estrutura de Pessoal da Unidade”, “Demonstração das Despesas com Pessoal” e “Contratação de mão de obra temporária”.

6.1.1. Estrutura de pessoal da unidade

O CREA-PB possui 91 (noventa e um) servidores, sendo 71 (setenta e um) ocupantes de cargo de carreira e 20 (vinte) ocupantes de cargos em comissão. Quanto aos ingressos e egressos, foram admitidos 04 (quatro) servidores ocupantes de cargo em comissão e demitidos 03 (três) servidores também ocupantes de cargo em comissão. Todos os cargos estão em conformidade com a Tabela de Cargos e Salários do Regulamento Administrativo deste Conselho, e atendendo as regras da CLT, uma vez que o Conselho é regido pelo regime celetista.

QUADRO 23 – FORÇA DE TRABALHO DO CREA-PB

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	71	71	0	0
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	71	71	0	0
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	71	71	0	0
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	25	20	4	3
4. Total de Servidores (1+2+3)	96	91	4	3

Fonte: Setor de Pessoal / Sistema Mastermaq – NG Folha, 2015.

O CREA-PB encerrou o exercício de 2015 com 53 (cinquenta e três) servidores de carreira e 17 (dezessete) servidores ocupantes de cargo em comissão compondo a área meio de trabalho no Conselho, quanto a área fim está composta por 21 (vinte e um) servidores, sendo 18 (dezoito) ocupantes de cargo de carreira e 03 (três) ocupantes de cargo em comissão.

QUADRO 24 – DISTRIBUIÇÃO DA LOTAÇÃO EFETIVA

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	53	18
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	53	18
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	53	18
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	17	3
4. Total de Servidores (1+2+3)	70	21

Fonte: Setor de Pessoal / Sistema Mastermaq – NG Folha, 2015.

No quadro de pessoal do CREA-PB 20 (vinte) servidores ocupam cargo em comissão e 17 (dezesete) servidores de carreira ocupantes de funções gratificadas, conforme a Tabela Básica do Quadro Geral do Regulamento Administrativo e de Pessoal. As funções gratificadas compreendem as funções de Superintendente, Chefe de Inspeção, Chefe de Gabinete, Gerentes, Subgerentes e Assessores.

No exercício de 2015 houve o ingresso de 01 (um) servidor ocupante de cargo de carreira na função gratificada de Assessoria de Controle Interno. Todas as informações estão em conformidade com o Regulamento Administrativo de Gestão de Pessoas do CREA-PB e atendendo as regras da CLT, uma vez que o Conselho não adota do Regime Jurídico da Lei nº 8.112/90.

QUADRO 25 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DO CREA-PB

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	25	20	0	0
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	0	0	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	0	0	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
1.3 Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	25	20	0	0
2. Funções Gratificadas	Não há	17	1	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	Não há	17	1	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	25	37	1	0

Fonte: Setor de Pessoal / Sistema Mastermaq – NG Folha, 2015.

6.1.2. Demonstrativo das despesas com pessoal

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Paraíba no exercício de 2015, concedeu aos seus servidores, a partir de 1º de janeiro de 2015, o reajuste salarial de 7,0% (sete por cento), sobre os pisos salariais constantes na Tabela do Quadro Geral do Regulamento Administrativo de Gestão de Pessoa. O valor do auxílio educação foi reajustado para R\$ 960,00 (novecentos e sessenta reais), e quanto ao auxílio alimentação o valor permaneceu R\$ 500,00 (quinhentos reais).

Considerando que as informações do quadro acima estão em conformidade com a Tabela do Quadro Geral de RAGP- CREA/PB, e atendendo as regras da CLT, uma vez que o Conselho não adota o Regime Jurídico da Lei 8.112/90, lançamos os valores de despesas com pessoal conforme as orientações do relatório e ajustando a realidade do Conselho. Quanto aos vencimentos e vantagens fixas, lançamos os valores referentes ao salário base e anuênio (adicionais por tempo de serviço), quanto às retribuições, as informações lançadas nesse campo são referentes às gratificações a título de função. No campo de gratificações, os lançamentos são referentes às gratificações natalinas, conforme especificada na Lei nº 8.112/90. Quanto ao campo dos adicionais, foram lançados os valores referentes ao adicional de férias e horas extras. No item indenizações, foram preenchidos os valores correspondentes ao auxílio alimentação, auxílio educação, auxílio transporte e diárias. No campo de benefícios assistenciais e previdenciários, lançamos os valores referentes ao plano de saúde, auxílio funeral, salário-família e plano odontológico. O item das demais despesas variáveis foi preenchido com as gratificações de desempenho (GED), recebidas pelos servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade. Quanto ao item de despesas de exercícios anteriores, não houve despesas dessa natureza. Por fim, o item de decisões judiciais foi preenchido com os valores de despesas judiciais com servidores.

O CREA-PB têm 03 (três) aprendizes no seu quadro de pessoal, contratados com o salário mínimo vigente em 2015 e que recebem benefícios como: vale-transporte, auxílio alimentação, plano de saúde e plano odontológico. Tendo em vista que o relatório é com base na Lei nº 8.112/90, que trata de servidores, os valores referentes aos aprendizes não foram incluídos no quadro de Despesas com Pessoal, conforme Anexo IX, QUADRO 26 – DESPESA DO PESSOAL.

6.1.3. Contratação de mão de obra temporária

O CREA-PB encerrou o exercício de 2015 com 07 (sete) estagiários de nível superior para atuar tanto na área meio como na área fim, gerando uma despesa anual com estagiários de R\$ 77.831,25 (setenta e sete mil, oitocentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos).

QUADRO 27 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS					
Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	13	10	9	7	76.163,25
1.1 Área Fim	1	1	1	1	6.672,00
1.2 Área Meio	12	9	8	6	69.491,25
2. Nível Médio	0	0	1	0	1.668,00
2.1 Área Fim	0	0	0	0	-
2.2 Área Meio	0	0	1	0	1.668,00
3. Total (1+2)	13	10	10	7	77.831,25

Fonte: Setor de Pessoal / Sistema Mastermaq – NG Folha, 2015.

Todos os estagiários são contratados através do Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE) e quanto ao pagamento da bolsa-auxílio, o valor é repassado para o CIEE e o mesmo efetua o pagamento dos estagiários.

6.2. Gestão da tecnologia da informação

Esse item tem por finalidade informar sobre os principais aspectos da gestão de TI do CREA-PB.

6.2.1. Principais sistemas de informações

O principal sistema de informação do CREA-PB é o SITAC - Sistema de Informações Técnico e Administrativo do CREA, sistema corporativo desenvolvido em php e javascript, tem como base de dados em linguagem Postgres SQL; Totalmente Web, acesso através de browser.

Sua funcionalidade principal é reunir em diversos módulos tudo o que é necessário para um bom funcionamento dos dados do conselho, como também controlar e registrar todos os processos das áreas finalísticas como: atendimento ao profissional/empresa, anotação de responsabilidade técnica, fiscalização, protocolo, acervo técnico, emissão de certidões, registro de profissionais, empresas e leigos. Isto tudo dividido em módulos.

Sua criticidade é alta já que é o sistema que suporta todos os processos principais da empresa; sua manutenção e suporte são terceirizados e seu gerenciamento de melhoria e resolução dos problemas é realizado por um gerenciador de demandas (Redmine).

Sobre o quantitativo de pessoas que compõe a força de trabalho de T.I a equipe é formada por 05 (cinco) profissionais da área, todos funcionários de carreira. Tendo como formações graduações em: Sistema da Informação; Ciências da Computação; Infraestrutura de Redes;

Análise de Sistemas e Gestão em Tecnologia da Informação.

O Gerenciamento de Serviços de TI está criado em torno da entrega de níveis de serviços estabelecidos aos usuários finais, com esta visão implementamos uma função do ITIL, a Central de Serviços, e para isto é necessário ter uma área com o foco no suporte aos usuários à medida que eles requerem ajuda para o uso dos serviços de TI e monitorar o cumprimento dos níveis de serviços estabelecidos nos acordos de SLA. O Gerenciamento de Nível de Serviços é um habilitador de negócio primordial para esta função.

A infraestrutura necessária para o funcionamento do serviço esta centralizado em um servidor virtualizado com o software open souce GLPI e o OCS inventory. Os atendimentos são realizados por telefone ou por e-mail, sendo as categorias de atendimento divididas entre os funcionários da GTI da seguinte maneira: 02 funcionários são responsáveis pelo atendimento as demandas referentes ao ECM; 01 funcionário responsável pelas demandas referentes ao hardwares como estação de trabalhos e impressoras e 02 funcionários responsáveis pelas demandas referentes as manutenções da infra estrutura de TI e serviços diversos oferecidos aos usuários e colaboradores em geral.

Com base no programa PRODESU, no ano de 2013 começamos a estudar e amadurecer um projeto que contemplasse a nossa necessidade, diante a situação existente na nossa T.I. O projeto contemplaria uma reestruturação geral de toda nossa T.I como também no parque computacional de todo o conselho, sendo dividido em 4 fases.

Todo o projeto se dá na melhoria de todo parque de servidores, virtualização de

terminais, espaço para armazenamento de informações, banco de baterias para maior autonomia em caso de queda de tensão prolongadas, servidores redundantes e licenças de uso de softwares. Foi dividido em 4 partes (2013/2016), ficando assim:

- 1ª parte do projeto (2013) – Aquisição de solução de virtualização e de desktop, bem como os hardwares necessários, serviço de instalação e de configuração da solução e 46 licenças de Sistema operacional Windows 7 Professional e ou superior.
- 2ª parte do projeto (2014) – Aquisição e implantação de sistema de backup, que será acondicionado em um novo Rack fechado no prédio vizinho em uma sala refrigerada com servidor e biblioteca de fitas LTO6, com capacidade suficiente para garantir a total guarda dos dados armazenados em nossos servidores e storanges, bem como, backup dos estados dos SO de cada servidor. Esta Aquisição possibilitará que na pior das hipóteses possamos diminuir o tempo de recuperação de 3 (três) dias para algumas horas. Assim poderemos reestabelecer mais rapidamente os serviços internos do CREA-PB na ocorrência de um sinistro em nossos sistemas computacionais. Implantação de 01 banco de baterias externo junto ao nobreak SINUS DOBLE II já existente e cotados mais 01 nobreaks de 4000 VA com banco de Baterias externos para promover maior autonomia (teríamos um tempo aproximado de 1h30 de autonomia), balanceamento de carga e redundância. Com o tempo maior que a média das ausências de energia, no caso da falta mais prolongada, teríamos uma janela suficiente para que os scripts de desligamento dos servidores sejam executados e mantenha a integridade dos sistemas.
- 3ª parte do projeto (2015) - Aquisição e Instalação de 27 terminais ULTRATOP's, onde existirá uma séria de vantagens comparadas aos desktop's convencionais existentes em nosso parque, tais como:
 - Ponto único de segurança, no servidor, o usuário não executa nada que ele não tenha direito;
 - Ponto único, fácil de gerenciar e administrar, somente no servidor;
 - Redução de custo no momento zero do projeto e economias de até 75% nos gastos com aquisição, administração, manutenção de desktops;
 - Aprimorar a experiência do usuário;
 - Reduzir os custos de aquisição dos desktops;
 - Aumentar a produtividade dos usuários;
 - Reduzir custos com espaços; Reduzir custos com energia elétrica;
 - Não permitir o uso de software desautorizado e não homologados;
 - Tornar-se independente de fornecedores e aplicações.

A conclusão de todo planejamento está previsto no decorrer do ano de 2016, contemplando com a aquisição dos outros 27 terminais Ultratop's, concluindo o projeto em definitivo. Todo o projeto desde seu início no ano de 2013, foi orçado um valor total de R\$ 311.459,88 (trezentos e onze mil, quatrocentos e cinquenta e nove reais e oitenta e oito centavos), porém foi gasto o equivalente a R\$ 304.459,88 (trezentos e quatro mil, quatrocentos e cinquenta e nove reais e oitenta e oito centavos), divididos nos 3 primeiros anos:

Valor Orçado 2013 – R\$ 126.000,00 (cento e vinte e seis mil);

Valor Gasto 2013 - R\$ 125.659,99 (cento e vinte e cinco mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e noventa e nove centavos);

Valor Orçado 2014 – R\$ 105.250,00 (cento e cinco mil e duzentos e cinquenta reais);

Valor Gasto 2014 - R\$ 100.500,00 (cento mil e quinhentos reais);

Valor Orçado 2015 – R\$ 79.931,07 (setenta e nove mil, novecentos e trinta e um reais e sete centavos);

Valor Gasto 2015 – R\$ 78.300,00 (setenta e oito mil e trezentos reais).

7. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Este capítulo objetiva atender o disposto no Anexo II da DN TCU nº 146, de 30 de setembro de 2015, o seu conteúdo tem como objetivo consolidar informações relevantes para o Relatório de Gestão as quais não aparecem nos capítulos anteriores.

Inicialmente estão relacionadas às participações do CREA-PB em ações de cunho institucional, social e político como segue abaixo por grupo eventos.

Participação em Seminários e Encontros:

1. 1ª Conferência Regional de Sustentabilidade Ambiental, na cidade de Pombal-PB, dias 09 e 10/04/15;
2. Semana Municipal de Prevenções de Acidentes de Trabalho, na Câmara Municipal de João Pessoa, dia 07/04/15;
3. I Seminário Regional de Mineração, promovido pela UFCG, em Campina Grande-PB, dias 21 e 22/05/15;
4. Seminário de Fiscalização “CREA e a Sociedade – uma relação de respeito”, realizando no hotel caiçara, dias 09 e 10 de julho/15;
5. 3º Encontro Regional de Engenharia de Minas”, promovido pela Universidade Federal de Campina Grande, em Campina Grande, dias 09 e 10/07/15;
6. I Encontro Nacional de Agronomia em harmonia com o XXIX Congresso Brasileiro de Agronomia, em Foz de Iguaçu-PR, período 04 a 07/08/15;
7. Encontro de Discussão de Engenharia Agrícola do Nordeste”, promovido pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, dias 23 e 24/11/15;
8. Seminário ART e sua Legalidade Tributária”, promovida pelo CONFEA, em Brasília-DF, dia 24/11/15.

Participação em Reuniões:

1. Reunião junto a Procuradoria da República no Estado da Paraíba, para fiscalização de obras, dia 02/03/15;
2. Reunião do CONPEC/Instituto do Patrimônio Histórico do Estado, dia 04/03/15;
3. Reunião da Secretaria de Agricultura do Estado, do comitê gestor de agricultura e baixo carbono, dia 08/07/15;
4. Reunião na Procuradoria Geral da República, sobre acessibilidade, dia 21/07/15;
5. Reunião promovida pelo Conselho de Proteção de Bens Históricos, dia 21/07/15;
6. 5ª Reunião Ordinária do Colégio de Presidentes dos CREAS do nordeste, em Maceió-AL, período de 08 a 10/10/15;

Participação em Solenidades:

1. Solenidade de colação de grau dos formandos do curso de agronomia do Centro de Ciências Agrárias da UFPB – Areia-PB, dia 20/03/15;
2. Solenidade de colação de grau dos cursos da área tecnológica da UFPB, dia 24/03/15;
3. Solenidade de colação de grau do curso de Engenharia Florestal da UFCG – Campina Grande-PB, na cidade de Patos-PB, dia 06/04/15;
4. Solenidade de comemoração dos 60 anos do 1º Grupamento de Engenharia en. Irya Tavares, no pátio de formatura da guarnição, dia 07/04/15;
5. Solenidade de posse da nova diretoria da Associação dos Engenheiros do Departamento Estadual de Estradas e Rodagens da Paraíba – ASSENDER, dia 24/04/15;

-
6. Solenidade de posse dos novos acadêmicos e eméritos da Academia Paraibana de Engenharia, no auditório do CRM, dia 27/08/15;

Audiência Pública

1. Audiência junto a Promotoria de Justiça dos Direitos Difusos da Capital, na discussão da requalificação do Parque Solon de Lucena, dia 26/02/15;
2. Audiência Pública promovida pela Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente e dos Bens de Direitos de Valor Artístico, Estético, Histórico, Turístico, Urbanístico e Paisagístico, par tratar do debate no disciplinamento de cercas elétricas, dia 20/03/15;
3. Audiência Pública, promovida pelo Ministério Público, na discussão da instalação de postes de alta tensão pela Energisa-PB e o comprometimento do acesso de pedestres e cadeirantes, através da ocupação do passeio público, dia 09/06/15;
4. Audiência Pública para tratar de projeto “Caminho Livre – Urbanismo”, dia 04/08/15;
5. Audiência junto à Superintendência dos Correios, para trata de assuntos institucionais, dia 31/08/15;
6. Audiência junto ao Tribunal de Contas do Estado da Paraíba – TCE-PB para tratativas na promoção de ações de esclarecimento e de intensificação da fiscalização em obras públicas, dia 01/09/15;
7. Audiência junto ao Comando Geral do Corpo de Bombeiros, para tratativas na promoção de ações de intensificação da fiscalização da modalidade elétrica, dia 11/09/15;
8. Audiência Pública promovida pela Assembleia Legislativa “As mudanças climáticas e os desafios para os próximos anos”, dia 30/11/15;
9. Audiência Pública promovida pela Assembleia Legislativa do Estado, para debater o papel do Tribunal de Contas do Estado e a possível criação do TCM-PB, dia 09/12/15;

8. ANEXOS E APÊNDICES

ANEXO I

QUADRO 3 – EIXOS ESTRATÉGICOS

EIXO GESTÃO		
OBJETIVOS	ESTRATÉGIAS	METAS
Melhorar os serviços prestados pelo CREA-PB	<p>Aferir o nível de satisfação dos usuários do Sistema CREA-PB</p> <p>Priorizar o atendimento das necessidades detectadas nas pesquisas de satisfação</p>	<ul style="list-style-type: none">- Realizar pesquisa de satisfação com os usuários externos do CREA-PB;- Realizar pesquisa de satisfação com os colaboradores do CREA-PB;- Realizar pesquisa de satisfação com membros do plenário do CREA-PB;- Realizar pesquisa de satisfação com outras partes interessadas. <ul style="list-style-type: none">- Estabelecer referenciais de níveis de satisfação com as partes interessadas;- Estabelecer periodicidade das pesquisas face aos resultados.
Melhorar os processos e os procedimentos da gestão do CREA-PB	<p>Identificar, selecionar e modelar os principais processos das gerências e assessorias</p> <p>Elaborar normativo para cumprimento de prazos das demandas</p> <p>Avaliar a capacidade de resolução processual</p> <p>Treinar e monitorar a tramitação dos processos no Plenário, nas Câmaras especializadas e nas Comissões permanentes</p>	<ul style="list-style-type: none">- Realizar capacitação sobre modelagem de processos;- Adquirir licença de <i>software</i>, para modelagem e redesenho de processos;- Identificar e selecionar os principais processos do CREA-PB;- Modelar os principais processos das gerências e das assessorias. <ul style="list-style-type: none">- Elaborar Manual de Procedimentos e Rotinas- Aplicar normativa para o cumprimento de prazos das demandas (processos, ART e certidões);- Reformular a Carta de Serviços do CREA-PB;- Elaborar Regulamento de Tramitação de Processos Administrativos;- Elaborar ato normativo para revogação dos atos normativos obsoletos. <ul style="list-style-type: none">- Gerar base de dados a partir dos autos de infração solucionados no ano de 2015;- Identificar as causas dos atrasos dos autos de infração prescritos;- Dimensionar metas trimestrais de resolução dos autos de infração para 2016. <ul style="list-style-type: none">- Treinar os Conselheiros no módulo Conselheiro do SITAC;- Realizar treinamento anual para os novos conselheiros sobre o funcionamento CREA-PB;- Acompanhar a tramitação dos processos apreciados no plenário;- Quantificar os processos das Câmaras especializadas;- Elaborar indicadores, para as Câmaras Especializadas,

	Analisar e adaptar a estrutura organizacional	<p>Plenário e Comissões permanentes.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Atualizar o Regulamento Administrativo e Gestão de Pessoas CREA-PB; - Disseminar, junto aos colaboradores, o Regulamento Administrativo e Gestão de Pessoas CREA-PB; - Atualizar o organograma funcional.
Aprimorar o atendimento aos usuários	<p>Melhorar o atendimento telefônico (interno e externo) e o TELECREA</p> <p>Melhorar a infraestrutura física do atendimento telefônico e presencial</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Elaborar POP de atendimento interno, externo e TELECREA; - Remanejar o atendimento presencial e telefônico da tesouraria; - Ajustar a emissão correta de boletos no ambiente profissional do SITAC. - Elaborar projeto para captação de recursos junto ao CONFEA para aquisição de infraestrutura física, equipamentos e mobiliário; - Substituir o atual sistema de iluminação e equipamentos elétricos da sede.
Aperfeiçoar o processo de Comunicação Interna	Promover a comunicação interna	<ul style="list-style-type: none"> - Realizar pesquisa sobre Clima e Cultura Organizacionais; - Elaborar e executar um Plano de Comunicação interna; - Avaliar, semestralmente, o impacto do Plano de Comunicação, com vistas a um permanente <i>feedback</i>.
Aperfeiçoar o processo de gestão organizacional	<p>Executar e monitorar o Planejamento Estratégico</p> <p>Gestão do Patrimônio</p> <p>Melhorar a prestação dos serviços gerais e de transporte</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Nomear comitê gestor de execução do Plano Estratégico; - Criar diretrizes para implementação e monitoramento da execução do plano estratégico; - Comunicar às partes interessadas os avanços e ajustes na implementação do Plano Estratégico; - Definir aplicação de recursos do PRODESU junto as Gerências e ao Comitê de Implementação do Plano Estratégico; - Realizar procedimentos licitatórios para aquisição de bens e serviços essenciais. - Definir a Comissão de Controle de Patrimônio para sede e para as Inspetorias; - Conferir, identificar e substituir os tombamentos nos bens patrimoniais; - Implementar procedimento para Termo de Responsabilidade dos bens patrimoniais; - Elaborar Plano de Controle Patrimonial; - Atualizar, sistematicamente, os dados patrimoniais no SISPAT. - Consultar com a área jurídica sobre como proceder nos casos dos servidores de serviços gerais e de transporte; - Elaborar Procedimento Operacional Padrão do processo de serviços gerais e de transporte; - Sensibilizar os servidores de serviços gerais e de transporte com base no resultado da consulta jurídica e no treinamento do POP;

	Desenvolvimento de Pessoas	<ul style="list-style-type: none"> - Realizar monitoramento do setor de Transporte (indicadores de tempo de operação, horas trabalhadas por veículo, e consumo de combustível). - Realizar um estudo das competências existentes nas gerências e assessorias; - Elaborar Programa de Treinamento Técnico (processo, POP e indicadores); - Elaborar Programa de Treinamento Comportamental (liderança, inteligência emocional, comunicação, gerenciamento do tempo, qualidade de vida); - Incentivar a capacitação dos colaboradores com foco na multifuncionalidade; - Promover atividade colaborativa entre funcionários; - Realizar trabalho educativo com os servidores <p>Elaborar diretrizes para promover o voluntariado profissional.</p>
--	----------------------------	---

EIXO EXERCÍCIO PROFISSIONAL

OBJETIVOS	ESTRATÉGIAS	METAS
<p>Ampliar a fiscalização buscando maior eficiência</p>	<p>Desenvolver um Programa de Capacitação para os agentes fiscais</p> <p>Ampliar a capacidade de fiscalização, intensificando ações nas diversas modalidades</p> <p>Celebrar convênios e termos de cooperação técnica com órgãos públicos, empresas privados e instituições de ensino</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Promover capacitação de todos os agentes fiscais sobre o conteúdo do Manual de Fiscalização do CREA-PB; - Participar de seminários de fiscalização promovidos por outros CREAs; - Realizar, anualmente, dois Seminários sobre Fiscalização. - Identificar e mapear o potencial para fiscalização nos municípios da Paraíba; - Cadastrar os empreendimentos passíveis de fiscalização, com o apoio da Gerência de Tecnologia da Informação; - Catalogar empreendimentos utilizando, rotineiramente, fontes de informação, como: D.O.E e D.O.U, IBGE/SIDRA, portal da transparência, jornais, <i>sites</i>, prefeituras, dentre outras; - Iniciar a fiscalização de obras em órgãos públicos; - Levantar as necessidades de infraestrutura física, tecnológica e pessoal da Gerência de Fiscalização face ao potencial de fiscalização. - Identificar os principais órgãos existentes no Estado, como prefeituras, Receita Federal/Estadual/Municipal, para celebração de convênios ; - Celebrar convênios com instituições de ensino, visando oportunizar a regularização profissional; - Avaliar, anualmente, a efetividade dos convênios
<p>Otimizar o processo de fiscalização</p>	<p>Aplicar a tecnologia da informação na realização da fiscalização inteligente</p> <p>Melhorar a eficiência do processo de</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Formar grupo de trabalho envolvendo as Gerências de Tecnologia da Informação e Fiscalização visando dar suporte ao uso de novas tecnologias na fiscalização. - Modelar e redesenhar o processo de fiscalização; - Reduzir em 30%, o número de autuações indevidas;

	fiscalização	- Dar celeridade ao processo de auto de infração, mediante atuação colaborativa entre as Gerências de Registro e Apoio aos Colegiados.
	Avaliar o desempenho da Gerência de Fiscalização	- Elaborar método de avaliação de desempenho da Gerência de Fiscalização; - Criar plano de produtividade dos agentes fiscais.

EIXO INTEGRAÇÃO COM A SOCIEDADE

OBJETIVOS	ESTRATÉGIAS	METAS
Melhorar a comunicação com a sociedade	Divulgar o sistema CREA-PB Reduzir a presença física de usuários nas instalações do CREA-PB	-Fortalecer, junto à sociedade, a marca CREA-PB (ser lembrado como órgão respeitável, na emissão de opiniões sobre temas relevantes para a sociedade) ; -Criar mecanismos de exposição das áreas de atuação do CREA (buscar espaços gratuitos, nas mídias, nos finais de semana); -Gerar notícias a partir das observações “ <i>in-loco</i> ”, das fiscalizações; -Gerar e distribuir conteúdo sobre as áreas de atuação do CREA-PB nos meios de comunicação <i>on line</i> e <i>off line</i> ; -Realizar treinamento de <i>Media training</i> com servidores que lidam com a mídia; -Desenvolver Guia de Mídia com as fontes (cartilha) para os meios de comunicação Congratular novos associados; - Monitorar sistematicamente a presença digital do CREA-PB na <i>web</i> e em outros meios de comunicação. - Promover uma pesquisa de satisfação com os usuários do <i>site</i> ; - Disponibilizar um FAQ – <i>Frequently Asked Questions</i> – no <i>site</i> do CREA-PB; - Planejar e implementar atendimento <i>on line</i> , via chat, ou sistema de autoatendimento no <i>site</i> ; - Melhorar e ampliar os serviços oferecidos aos usuários-cidadãos via <i>site</i> ; - Realizar monitoramento sistemático da qualidade do atendimento <i>on line</i> .
Ampliar mecanismos de segurança no prédio do CREA-PB	Controlar o acesso físico ao prédio do CREA-PB	- Deliberar uma única entrada para o prédio do CREA-PB; - Instalar controle de acesso a visitantes, funcionários e veículos para entrada no prédio do CREA-PB; - Examinar meios de proteção às pessoas que participam de reuniões noturnas.
Proporcionar acessibilidade física e virtual aos usuários do CREA PB	Priorizar a implantação do projeto de acessibilidade Viabilizar um sistema de atendimento a deficientes visuais, auditivos e motores Viabilizar	- Atualizar e executar projeto existente sobre acessibilidade à sede; - Elaborar e executar projeto de acessibilidade para as inspetorias. - Disponibilizar e monitorar canal de atendimento telefônico para pessoas com deficiência; - Implementar atendimento personalizado à pessoas com deficiência. - Elaborar estudo de viabilidade como o intuito de oferecer estacionamento aos usuários.

	estacionamento para usuários do CREA-PB	
Fortalecer relação com instituições de ensino	<p>Evidenciar a presença do CREA-PB nas faculdades de ensino superior e tecnológico</p> <p>Aproximar o CREA-PB, dos engenheiros educadores dos cursos de Engenharia de ensino superior e tecnológico</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Divulgar o sistema CONFEA/CREA, para os estudantes da área tecnológica; - Constituir a escola de líderes no CREA Jr. ; - Cumprir calendário de visitas às instituições de ensino superior e tecnológico do estado da Paraíba. - Realizar pesquisa junto aos professores das áreas tecnológicas, para detectar motivações colaborativas; - Convidar os professores das áreas de engenharia para realizar atividades voluntárias; - Realizar eventos em áreas afins da engenharia e da agronomia.
Buscar transparência nas atribuições profissionais	Identificar as interseções entre as atribuições profissionais no CREA-PB	<ul style="list-style-type: none"> - Estabelecer agenda de trabalho para dirimir situações em que há duplicidade de atribuições profissionais; - Realizar atividades colaborativas com outros Conselhos do CONFEA, visando seu próprio fortalecimento.

Fonte: Planejamento Estratégico 2015-2018 CREA-PB

ANEXO II

QUADRO 4 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS E DOS MONTANTES TRANSFERIDOS NOS ÚLTIMOS TRÊS EXERCÍCIOS

Unidade concedente ou contratante						
Nome:	CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA					
UG/GESTÃO:						
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (em R\$ 1,00)		
	2015	2014	2013	2015	2014	2013
Convênio	06	06	06	538.459,20	1.152.386,91	814.774,37
Contrato de repasse						
...						
Totais	06	06	06	538.459,20	1.152.386,91	814.774,37

Fonte: Listagem de Convênios - Gabinete da Presidência e Listagem de Convênios - Gerência de Programas e Projetos.

ANEXO III

QUADRO 8 – SITUAÇÃO DA ANÁLISE DAS CONTAS PRESTADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA DO RELATÓRIO DE GESTÃO - MUTUA

Unidade Concedente ou Contratante				
Nome: CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS PROFISSIONAIS DO CREA				
UG/GESTÃO:				
Contas apresentadas ao repassador no exercício de referência do relatório de gestão		Instrumentos		
		Convênios	Contratos de repasse	...
Contas analisadas	Quantidade aprovada	01		
	Quantidade reprovada	-		
	Quantidade de TCE instauradas	-		
	Montante repassado (R\$)	5.000,00		
Contas NÃO analisadas	Quantidade	02		
	Montante repassado (R\$)	43.500,00		
Fonte: Listagem de Convênios - Gabinete da Presidência.				

ANEXO IV

QUADRO 9 - COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A REALIZADA DURANTE O EXERCÍCIO

-	Orçada	Realizada
RECEITA REALIZADA	10.821.554,00	9.526.316,54
RECEITA CORRENTE	10.271.554,00	9.005.885,47
RECEITA TRIBUTÁRIA	3.756.106,00	3.324.677,10
TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLICIA	3.756.106,00	3.324.677,10
ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA	3.756.106,00	3.324.677,10
ANOTAÇÃO DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA - ART	0,00	0,00
RECEITUÁRIO AGRONÔMICO	0,00	0,00
RECEITAS DE CONTRIBUICOES	5.250.679,00	4.542.103,40
ANUIDADES PESSOAS FÍSICAS	3.165.475,00	2.156.843,03
PESSOAS FÍSICAS DO EXERCÍCIO	2.890.383,00	1.809.712,80
NÍVEL SUPERIOR - PF	0,00	1.498.556,62
NÍVEL MÉDIO - PF	0,00	310.748,23
PESSOAS FÍSICAS DO EXERCÍCIO ANTERIOR	275.092,00	347.130,23
NÍVEL SUPERIOR - PF	0,00	242.243,65
NÍVEL MÉDIO - PF	0,00	104.736,72
ANUIDADES DE PESSOAS JURÍDICAS	2.085.204,00	2.385.260,37
PESSOA JURÍDICA DO EXERCÍCIO	1.868.251,00	2.041.087,18
FAIXA 01	0,00	285.236,44
MATRIZ	0,00	272.764,91
FILIAL	0,00	12.471,53
FAIXA 02	0,00	579.533,29
MATRIZ	0,00	556.026,40
FILIAL	0,00	23.506,89
FAIXA 03	0,00	365.143,57
MATRIZ	0,00	353.470,83
FILIAL	0,00	11.672,74
FAIXA 04	0,00	209.274,45
MATRIZ	0,00	200.821,03
FILIAL	0,00	8.453,42
FAIXA 05	0,00	160.193,05
MATRIZ	0,00	140.577,21
FILIAL	0,00	19.615,84
FAIXA 06	0,00	210.535,31

MATRIZ	0,00	136.703,04
FILIAL	0,00	73.832,27
FAIXA 07	0,00	172.072,66
MATRIZ	0,00	63.137,13
FILIAL	0,00	108.935,53
PESSOA JURÍDICA DO EXERCÍCIO ANTERIOR	216.953,00	344.173,19
FAIXA 01	0,00	71.912,24
MATRIZ	0,00	69.316,78
FILIAL	0,00	2.595,46
FAIXA 02	0,00	115.422,87
MATRIZ	0,00	106.282,45
FILIAL	0,00	9.140,42
FAIXA 03	0,00	61.223,50
MATRIZ	0,00	57.064,93
FILIAL	0,00	4.158,57
FAIXA 04	0,00	21.031,08
MATRIZ	0,00	19.312,90
FILIAL	0,00	1.718,18
FAIXA 05	0,00	15.504,41
MATRIZ	0,00	13.334,87
FILIAL	0,00	2.169,54
FAIXA 06	0,00	18.337,68
MATRIZ	0,00	10.974,77
FILIAL	0,00	7.362,91
FAIXA 07	0,00	40.487,26
MATRIZ	0,00	13.756,02
FILIAL	0,00	26.731,24
COTA PARTE	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	0,00	0,00
RECEITA DE SERVICOS	209.168,00	222.371,69
EMOLUMENTOS COM INSCRIÇÕES	123.248,00	125.558,65
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CARTEIRAS	26.887,00	29.898,94
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	42.630,00	50.961,81
PROFISSIONAIS PESSOAS FISICAS	0,00	50.961,81
EMOLUMENTOS COM VISTOS DE REGISTROS	14.403,00	15.830,11
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	2.000,00	122,18

FINANCEIRAS	247.501,00	247.737,39
JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS CONCEDIDOS	0,00	0,00
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	41.955,00	111.783,00
JUROS DE MORA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES	0,00	3.329,17
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	205.546,00	132.625,22
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE ANUIDADES	23.200,00	18.775,13
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES	10.000,00	0,00
MULTAS SOBRE ANUIDADES	20.060,00	19.538,08
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	152.286,00	94.312,01
TRANSFERENCIAS CORRENTES	470.000,00	341.406,90
Transferências	70.000,00	122.878,77
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	338.100,00	318.129,27
DÍVIDA ATIVA	204.000,00	125.608,65
Tributária (Anuidades)	0,00	60,58
MULTAS DE INFRAÇÕES	124.100,00	191.877,94
Leigos	0,00	0,00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	10.000,00	0,00
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	0,00	642,68
RECEITA DIVERSAS	0,00	9.459,72
RECEITA DE CAPITAL	550.000,00	520.431,07
OPERAÇÕES DE CREDITO	0,00	0,00
EMPRESTIMOS TOMADOS	0,00	0,00
ALIENACAO DE BENS	0,00	200.500,00
ALIENAÇÕES DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00
ALIENAÇÕES DE BENS IMÓVEIS	0,00	200.500,00
ALIENAÇÕES DE TÍTULOS E AÇÕES	0,00	0,00
AMORTIZACAO DE EMPRESTIMO	0,00	0,00
OUTRAS AMORTIZACOES EMPREST. A ENTIDADES PUBLICAS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	550.000,00	319.931,07
TRANSFERÊNCIAS	550.000,00	319.931,07
TOTAL	10.821.554,00	9.526.316,54

Fonte:Sistema Implanta – Setor de Contabilidade.

ANEXO V

QUADRO 10 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO

Unidade orçamentária:	Código UO:		UGO:	
Modalidade de Contratação	Despesa liquidada		Despesa paga	
	2015	2014	2015	2014
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	1.006.088,58	1.492.303,95	433.618,93	1.445.203,80
a) Convite	12.565,00	58.999,55	400,00	58.999,55
b) Tomada de Preços	416.721,56	-	-	-
c) Concorrência	-	-	-	-
d) Pregão	576.802,02	1.433.304,40	433.218,93	1.386.204,25
e) Concurso	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-	-	-	-
2. Contratações Diretas (h+i)	98.783,87	70.415,73	83.983,87	69.415,73
h) Dispensa	89.943,37	60.023,55	75.143,37	59.023,55
i) Inexigibilidade	8.840,50	10.392,18	8.840,50	10.392,18
3. Regime de Execução Especial	62.221,61	91.857,80	62.221,61	91.857,80
j) Suprimento de Fundos	62.221,61	91.857,80	62.221,61	91.857,80
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	4.617.929,01	4.262.914,77	4.617.479,01	4.262.234,77
k) Pagamento em Folha	4.408.850,07	3.899.759,02	4.408.850,07	3.899.759,02
l) Diárias	209.078,94	363.155,75	208.628,94	362.475,75
5. Outros	3.770.284,91	3.878.279,98	3.683.313,91	3.820.714,17
6. Total (1+2+3+4+5)	9.555.307,98	9.795.772,23	8.880.617,33	9.689.426,27

Fonte: Setor de Licitação e Setor de Contabilidade.

ANEXO VI

QUADRO 11 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA

Unidade Orçamentária:				Código UO:		UGO:		
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
1. Pessoal e Encargos Sociais	5.743.779,67	5.086.280,80	5.743.779,67	5.086.280,80	-	-	5.743.779,67	5.086.280,80
Remuneração de pessoal	4.408.850,07	3.899.759,02	4.408.850,07	3.899.759,02	-	-	4.408.850,07	3.899.759,02
Encargos Patronais	1.334.929,60	1.186.521,78	1.334.929,60	1.186.521,78	-	-	1.334.929,60	1.186.521,78
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
Nome do elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Nome do elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
3. Outras Despesas Correntes	2.700.749,91	3.010.937,15	2.700.749,91	3.010.182,15	-	755,00	2.484.106,30	2.904.231,21
Benefícios à Pessoal	1.089.658,37	1.064.608,21	1.089.658,37	1.064.608,21	-	-	1.085.775,94	1.064.241,56
Serviços Terceiros – Pessoas Jurídicas	1.015.446,68	1.112.697,55	1.015.446,68	1.111.942,55	-	755,00	820.756,00	1.018.815,03
Diárias	-	363.155,75	-	363.155,75	-	-	-	362.475,75
Demais elementos do grupo	595.644,86	470.475,64	595.644,86	470.475,64	-	-	577.574,36	458.698,87
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
4. Investimentos	558.822,06	1.030.588,61	558.822,06	1.030.588,61	-	-	115.300,50	1.030.588,61
Obras, Instalações e Reformas	433.721,56	-	433.721,56	-	-	-	2.200,00	-
Equipamentos e materiais Permanentes	125.100,50	1.030.588,61	125.100,50	1.030.588,61	-	-	113.100,50	1.030.588,61
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
5. Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
Nome do elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-

6. Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
Nome do elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Sistema Implanta – Setor de Contabilidade.

ANEXO VII

QUADRO 18 - COMPOSIÇÃO DO PLENÁRIO NO EXERCÍCIO 2015

TITULO	CONSELHEIRO	MANDATO	CPF	EC/IES
Eng. Mec. Eng. Mec.	José Leandro da Silva Neto - Titular Ieure Amaral Rolim - Suplente	07.02.13 a 31.12.15 07.02.13 a 31.12.15	161.831.694-04 394.989.304-06	CEP-PB
Eng. Agr. Eng. Agr.	Edmilson Argino Borges - Titular Martinho Ramalho de Melo - Suplente	07.02.13 a 31.12.15 11.03.13 a 31.12.15	048.485.354-68 203.777.384-68	CEP-PB
Eng. Elet. Eng. Elet.	Diego Perazzo Creazzola Campos – Titular S/indicação - Suplente	10.02.14 a 31.12.15	045.858.534-30	CEP-PB
Eng. Elet. Eng. Elet.	Marcos Lázaro de Andrade Quirino – Titular Luiz Valladão Ferreira - Suplente	10.02.14 a 31.12.16 09.02.14 a 31.12.16	034.384.384-61 020.348.084-87	CEP-PB
Eng ^a . Civ. Eng. Civ.	Virginia Odete Cruz Barroca - Titular Adalberto Sales de Oliveira - Suplente	10.02.14 a 31.12.16 10.02.14 a 31.12.16	324.647.384-68 160.860.074-20	CEP-PB
Eng. Civ. Eng. Civ.	Arnóbio Dias de Pontes - Titulo Cássio Augusto C. Andrade - Suplente	10.02.14 a 31.12.16 10.02.14 a 31.12.16	040.011.684-72 772.684.313-68	CEP-PB
Eng. Civ. Eng. Civ.	Evaldo de Almeida Fernandes - Titular Ricardo Almeida Gomes - Suplente	10.02.14 a 31.12.16 10.02.14 a 31.12.16	092.216.034-15 788.415.854-04	CEP-PB
Eng. Civ. Eng. Civ.	Eulio Rudá Borges Gambarra - Titular S/indicação - Suplente	10.02.14 a 31.12.16	285.538.614-49	CEP-PB
Eng. Mec. Eng. Mec.	S/indicação S/indicação	2014 a 2016	-	CEP-PB
Eng. Mec. Eng. Mec.	Maurício Timótheo de Souza - Titular S/indicação – Suplente	09.02.15 a 31.12.17	160.810.644-68	CEP-PB
Eng. Civ. Eng ^a Civ.	Edmilson Alter Campos Martins - Titular Maria Goreth G. de	09.02.15 a 31.12.17 09.02.15 a 31.12.17	424.134.944-72 442.997.104-87	CEP-PB

	Morais - Suplente			
Eng. Civ. Eng. Civ.	Hugo Barbosa de Paiva Junior - Titular Fernando Luiz da S. Cordeiro - Suplente	09.02.15 a 31.12.17 09.02.15 a 31.12.17	007.405.804-50 884.389.964-34	CEP-PB
Eng ^a . Civ. Eng. Civ.	Maria Aparecida R. Estrela - Titular Fábio Fernandes da Silva - Suplente	09.02.15 a 31.12.17 09.02.15 a 31.12.17	219.303.504-06 025.838.554-50	CEP-PB
Eng. Civ. Eng. Civ.	Otávio Alfredo Falcão de O. Lima - Titular Fabiano Lucena Bezerra - Suplente	09.02.15 a 31.12.17 09.02.15 a 31.12.17	205.644.064-49 020.650.844-13	CEP-PB
Eng ^a Civ. Eng. Civ.	Maria Verônica de A. Correia - Titular S/indicação - Suplente	07.02.13 a 31.12.15	468.485.094-34	SENGE-PB
Eng. Civ. Eng. Civ.	José Sérgio A. de Almeida - Titular S/indicação Suplente	11.03.13 a 31.12.15	132.888.574-72	SENGE-PB
Eng. Civ. Eng. Civ.	José Othon Soares de Oliveira - Titular S/indicação - Suplente	07.02.13 a 31.12.15	003.800.404-68	SENGE-PB
Eng. Civ. Eng. Civ.	Paulo Ricardo Maroja Ribeiro - Titular S/indicação - Suplente	11.03.13 a 31.12.15	108.854.714-15	SENGE-PB
Eng. Agr. Eng. Agr.	Messias Caetano Bezerra - Titular S/indicação - Suplente	07.02.13 a 31.12.15	141.224.214-20	SENGE-PB
Eng. Civ. Eng. Civ.	Antonio Rangel Moreira - Titular Frederico Augusto G.P.Pitanga - Suplente	10.02.14 a 31.12.15 10.02.14 a 31.12.15	146.423.284-91 132.845.684-68	SENGE-PB
Eng. Civ. Eng ^a . Civ.	Raimundo Gilson Vieira Frade - Titular Rita de Cássia O. Vasconcelos - Suplente	10.02.14 a 31.12.16 10.02.14 a 31.12.16	204.922.194-00 009.486.234-62	SENGE-PB
Eng. Civ. Eng. Civ.	Adilson Dias de Pontes - Titular Ledson Leitão Batista - Suplente	10.02.14 a 31.12.16 10.02.14 a 31.12.16	139.216.904-63 789.374.854-00	SENGE-PB
Eng. Civ. Eng. Civ.	Luiz de Gonzaga Silva - Titular Emerson Leite Palito -	10.02.14 a 31.12.16 10.02.14 a	016.115.774-20	SENGE-PB

	Suplente	10.05.15		
Eng. Agrim. Eng. Agrim.	S/indicação - Titular S/indicação - Suplente	2014 a 2016	-	SENGE-PB
Eng. Mec. Eng. Mec.	Jorge Luiz Rocha - Titular Luiz Carlos Gomes da Silva	10.02.14 a 31.12.16 10.02.14 a 31.12.16	109.190.584-34 160.937.124-00	SENGE-PB
Eng. Quim. Eng. Quim.	Alberto de Matos Maia - Titular Amauri de Almeida Cavalcanti - Suplente	10.02.14 a 31.12.16 10.02.14 a 31.12.16	023.453.073-15 113.810.944-49	SENGE-PB
Eng. Agr. Eng. Agr.	José Humberto A. de Albuquerque – Titular Alberto Sérgio de C. Onofre - Suplente	10.02.14 a 31.12.16 10.02.14 a 31.12.16	203.617.504-04 131.847.334-91	SENGE-PB
Eng. Civ. Eng. Civ.	Antonio Mousinho F. Filho – Titular Arivaldo Batista do Carmo - Suplente	09.02.15 a 31.12.17 09.02.15 a 31.12.17	132.875.404-91 132.071.054-91	SENGE-PB
Eng. Civ. Eng. Civ.	Dinival Dantas de Franca Filho – Titular S/indicação	09.02.15 a 31.12.17	142.027.194-68	SENGE-PB
Eng. Elet. Eng. Elet.	Luiz Carlos Carvalho de Oliveira – Titular Everaldo Souto Salvador - Suplente	09.02.15 a 31.12.17 09.02.15 a 31.12.17	023.268.174-00 058.098.604-78	SENGE-PB
Eng. Mec. Eng. Mec.	Carlos Cabral de Araújo - Titular S/indicação	09.02.15 a 31.12.17	177.031.314-15	SENGE-PB
Eng. Civ. Eng. Civ.	Rodrigo Chaves de Almeida – Titular Wilson Cartaxo Soares - Suplente	09.02.15 a 31.12.15 09.02.15 a 31.12.15	030.603.094-26 024.245.654-57	UNIPÊ
Eng. Mec. Eng. Mec.	Naor Moraes de Melo - Titular S/indicação - Suplente	10.02.14 a 31.12.15	486.662.204-06	UFPB-CT
Eng. Agr. Eng. Agr.	Adailson Pereira de Sousa - Titular Leossávio César de Souza - Suplente	07.02.13 a 31.12.15 07.02.13 a 31.12.15	441.305.464-49 442.005.364-04	UFPB-CCA
Eng. Minas Eng. Minas	Antonio Pedro Ferreira Sousa – Titular José César de A. Costa- Suplente	09.02.15 a 31.12.15 09.02.15 a 31.12.15	181.332.313-53 083.258.394-49	UFCG

Eng ^a Agric. Eng ^a Agric.	Maria Sallydelândia S. de Farias – Titular S/indicação - Suplente	10.02.14 a 31.12.16	453.017.784- 04	UFMG
Eng. Agr. Eng. Agr.	Sérgio Barbosa de Almeida - Titular S/indicação - Suplente	10.02.14 a 31.12.16	072.993.464- 00	AEA-PB
Eng. Agr. Eng. Agr.	Anselmo de Almeida Luna - Titular Antonio Alberto Diniz de Medeiros - Suplente	09.02.15 a 31.12.17 09.02.15 a 31.12.17	132.616.304- 34 069.869.434- 15	AEA-PB
Eng. Minas Eng. Minas	Luis Eduardo de V. Chaves - Titular João Bosco Burgos Costa - Suplente	09.02.15 a 31.12.17 09.02.15 a 31.12.17	424.474.614- 53 041.863.184- 09	ASSEMPB
Eng. Civ. Eng. Civ.	Francisco Xavier B. Ventura – Titular Paulo Felix da Silva - Suplente	07.02.13 a 31.12.15 11.03.13 a 31.12.15	141.959.764- 72 220.496.814- 53	IBAPE-PB
Eng. Civ. Eng. Civ.	Ronaldo Soares Gomes - Titular Paulo Roberto Mota - Suplente	07.02.13 a 31.12.15 10.02.14 a 31.12.15	131.909.704- 91 070.963.994- 53	IBAPE-PB
Eng. Elet. Eng. Elet.	Antonio dos Santos Dália - Titular S/indicação - Suplente	10.02.14 a 31.12.16	207.074.014- 53	ABEE-PB
Eng. Elet. Eng. Elet.	Martinho Nobre Tomaz de Sousa – Titular Hércules Tejo Pereira - Suplente	09.02.15 a 31.12.17 09.02.15 a 31.12.17	109.165.394- 15 299.654974- 00	ABEE-PB

Fonte: Gabinete da Presidência.

ANEXO VIII - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS

Balanco Patrimonial

ATIVO			PASSIVO		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	2.353.494,30	1.949.993,91	PASSIVO CIRCULANTE	1.007.374,56	587.908,34
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	440.263,25	76.500,58	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	149.740,29	297.316,90
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	1.884.318,47	1.871.442,86	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	0,00	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	28.912,58	2.050,47	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	640.636,34	72.579,91
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	0,00	0,00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	0,00	0,00
ESTOQUES	0,00	0,00	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	0,00	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	0,00	0,00	PROVISÕES A CURTO PRAZO	0,00	0,00
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	20.990.305,98	8.421.784,95	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	216.997,93	218.011,53
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	16.295,20	21.264,71	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	0,00	0,00
ESTOQUES	16.295,20	21.264,71	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
IMOBILIZADO	20.974.010,78	8.400.520,24	FORNECEDORES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
BENS MÓVEIS	2.278.397,72	2.803.495,12	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
BENS IMÓVEIS	18.695.613,06	5.597.025,12	PROVISÕES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
INTANGÍVEL	0,00	0,00	RESULTADO DIFERIDO	0,00	0,00
			TOTAL DO PASSIVO	1.007.374,56	587.908,34

9

Φ

			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
			Patrimônio Social e Capital Social	0,00	0,00
			Ajuste de avaliação Patrimonial	0,00	0,00
			Resultados Acumulados	22.336.425,72	9.783.870,52
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	22.336.425,72	9.783.870,52
TOTAL	23.343.800,28	10.371.778,86	TOTAL	23.343.800,28	10.371.778,86
ATIVO FINANCEIRO	469.175,83	78.551,05	PASSIVO FINANCEIRO	1.127.274,47	170.122,05
ATIVO PERMANENTE	22.874.624,45	10.293.227,81	PASSIVO PERMANENTE	9.235,36	0,00
SALDO PATRIMONIAL				22.207.290,45	10.201.656,81

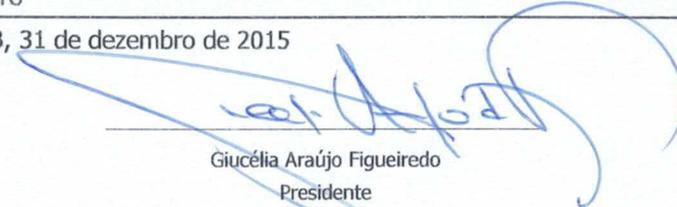
Compensações

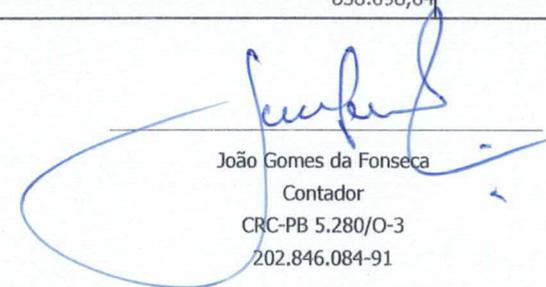
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Saldo do Atos Potenciais Ativos			Saldo do Atos Potenciais Passivos		
Execução de Garantias e Contragarantias Recebidas	0,00	0,00	Execução de Garantias e Contragarantias Concedidas	0,00	0,00
Execução de Direitos Conveniados	0,00	0,00	Execução de Obrigações Conveniadas	0,00	0,00
Execução de Direitos Contratuais	0,00	0,00	Execução de Obrigações Contratuais	0,00	0,00
Execução de Outros Atos Potenciais do Ativo	0,00	0,00	Execução de Outros Atos Potenciais do Passivo	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	TOTAL	0,00	0,00

Quadro do Superávit/Déficit Financeiro

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Déficit Financeiro	-658.098,64	-91.571,00

João Pessoa-PB, 31 de dezembro de 2015


 Giucélia Araújo Figueiredo
 Presidente
 CREA-1600774784/PB
 301.399.104-68


 João Gomes da Fonseca
 Contador
 CRC-PB 5.280/O-3
 202.846.084-91

Balanco Orçamentário

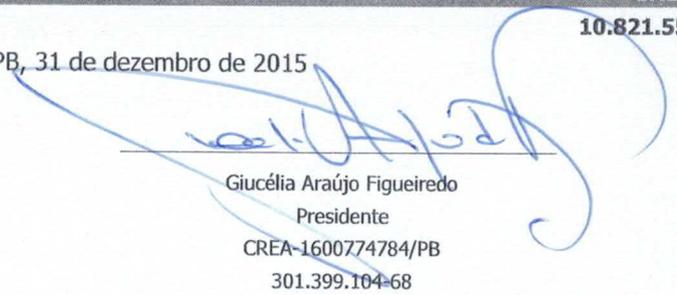
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITA CORRENTE	10.271.554,00	10.271.554,00	9.005.885,47	-1.265.668,53
RECEITA TRIBUTÁRIA	3.756.106,00	3.756.106,00	3.324.677,10	-431.428,90
TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLICIA	3.756.106,00	3.756.106,00	3.324.677,10	-431.428,90
ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA	3.756.106,00	3.756.106,00	3.324.677,10	-431.428,90
RECEITAS DE CONTRIBUICOES	5.250.679,00	5.250.679,00	4.542.103,40	-708.575,60
ANUIDADES PESSOAS FÍSICAS	3.165.475,00	3.165.475,00	2.156.843,03	-1.008.631,97
PESSOAS FÍSICAS DO EXERCÍCIO	2.890.383,00	2.890.383,00	1.809.712,80	-1.080.670,20
PESSOAS FÍSICAS DO EXERCÍCIO ANTERIOR	275.092,00	275.092,00	347.130,23	72.038,23
ANUIDADES DE PESSOAS JURÍDICAS	2.085.204,00	2.085.204,00	2.385.260,37	300.056,37
PESSOA JURÍDICA DO EXERCÍCIO	1.868.251,00	1.868.251,00	2.041.087,18	172.836,18
PESSOA JURÍDICA DO EXERCÍCIO ANTERIOR	216.953,00	216.953,00	344.173,19	127.220,19
RECEITA DE SERVICOS	209.168,00	209.168,00	222.371,69	13.203,69
EMOLUMENTOS COM INSCRIÇÕES	123.248,00	123.248,00	125.558,65	2.310,65
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CARTEIRAS	26.887,00	26.887,00	29.898,94	3.011,94
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	42.630,00	42.630,00	50.961,81	8.331,81
PROFISSIONAIS PESSOAS FISICAS	0,00	0,00	50.961,81	50.961,81
EMOLUMENTOS COM VISTOS DE REGISTROS	14.403,00	14.403,00	15.830,11	1.427,11
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	2.000,00	2.000,00	122,18	-1.877,82
FINANCEIRAS	247.501,00	247.501,00	247.737,39	236,39

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO	
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES		41.955,00	41.955,00	111.783,00	69.828,00	
JUROS DE MORA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES		0,00	0,00	3.329,17	3.329,17	
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA		205.546,00	205.546,00	132.625,22	-72.920,78	
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE ANUIDADES		23.200,00	23.200,00	18.775,13	-4.424,87	
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES		10.000,00	10.000,00	0,00	-10.000,00	
MULTAS SOBRE ANUIDADES		20.060,00	20.060,00	19.538,08	-521,92	
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS		152.286,00	152.286,00	94.312,01	-57.973,99	
TRANSFERENCIAS CORRENTES		470.000,00	470.000,00	341.406,90	-128.593,10	
Transferências		70.000,00	70.000,00	122.878,77	52.878,77	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		338.100,00	338.100,00	318.129,27	-19.970,73	
DÍVIDA ATIVA		204.000,00	204.000,00	125.608,65	-78.391,35	
Tributária (Anuidades)		0,00	0,00	60,58	60,58	
MULTAS DE INFRAÇÕES		124.100,00	124.100,00	191.877,94	67.777,94	
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		10.000,00	10.000,00	0,00	-10.000,00	
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS		0,00	0,00	642,68	642,68	
RECEITA DIVERSAS		0,00	0,00	9.459,72	9.459,72	
RECEITA DE CAPITAL		550.000,00	550.000,00	520.431,07	-29.568,93	
ALIENACAO DE BENS		0,00	0,00	200.500,00	200.500,00	
ALIENAÇÕES DE BENS IMÓVEIS		0,00	0,00	200.500,00	200.500,00	
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		550.000,00	550.000,00	319.931,07	-230.068,93	
TRANSFERÊNCIAS		550.000,00	550.000,00	319.931,07	-230.068,93	
SUB-TOTAL DAS RECEITAS		10.821.554,00	10.821.554,00	9.526.316,54	-1.295.237,46	
DÉFICIT		0,00	0,00	28.991,44	0,00	
TOTAL		10.821.554,00	10.821.554,00	9.555.307,98	-1.266.246,02	
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO

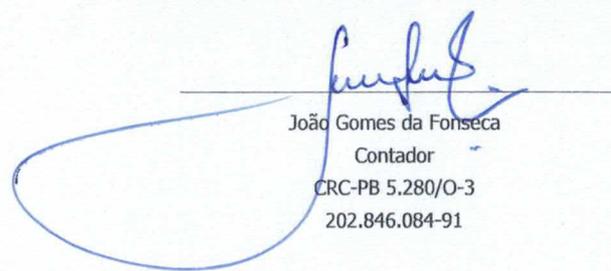
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA CORRENTE	9.921.554,00	10.092.954,00	8.996.485,92	8.996.485,92	8.765.316,83	1.096.468,08
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.706.154,00	5.946.154,00	5.743.779,67	5.743.779,67	5.743.779,67	202.374,33
REMUNERAÇÃO PESSOAL	4.373.442,00	4.563.442,00	4.408.850,07	4.408.850,07	4.408.850,07	154.591,93
ENCARGOS PATRONAIS	1.332.712,00	1.382.712,00	1.334.929,60	1.334.929,60	1.334.929,60	47.782,40
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.482.400,00	3.407.800,00	2.700.749,91	2.700.749,91	2.484.106,30	707.050,09
BENEFÍCIOS A PESSOAL	1.088.400,00	1.133.400,00	1.089.658,37	1.089.658,37	1.085.775,94	43.741,63
BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	61.000,00	66.000,00	55.892,00	55.892,00	55.892,00	10.108,00
USO DE BENS E SERVIÇOS	483.500,00	397.500,00	279.871,30	279.871,30	265.711,83	117.628,70
DIÁRIAS	385.000,00	265.000,00	209.078,94	209.078,94	208.628,94	55.921,06
PASSAGENS	140.000,00	120.000,00	50.802,62	50.802,62	47.341,59	69.197,38
SERVICOS TERCEIROS - PESSOAS JURÍDICAS	1.324.500,00	1.425.900,00	1.015.446,68	1.015.446,68	820.756,00	410.453,32
TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	48.000,00	48.000,00	14.540,28	14.540,28	14.540,28	33.459,72
TRIBUTOS	48.000,00	48.000,00	14.540,28	14.540,28	14.540,28	33.459,72
DEMAIS DESPESAS CORRENTES	285.000,00	285.000,00	273.476,91	273.476,91	258.951,43	11.523,09
SERVIÇOS BANCÁRIOS	100.000,00	227.000,00	179.295,25	179.295,25	179.295,25	47.704,75
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	150.000,00	150.000,00	84.643,90	84.643,90	84.643,90	65.356,10
SUBVENÇÕES SOCIAIS	150.000,00	150.000,00	84.643,90	84.643,90	84.643,90	65.356,10
RESERVAS	150.000,00	29.000,00	0,00	0,00	0,00	29.000,00
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA DE CAPITAL	900.000,00	728.600,00	558.822,06	558.822,06	115.300,50	169.777,94
INVESTIMENTOS	900.000,00	728.600,00	558.822,06	558.822,06	115.300,50	169.777,94
OBRAS, INSTALAÇÕES E REFORMAS	310.000,00	440.000,00	433.721,56	433.721,56	2.200,00	6.278,44
EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	590.000,00	288.600,00	125.100,50	125.100,50	113.100,50	163.499,50
SUB-TOTAL DAS DESPESAS	10.821.554,00	10.821.554,00	9.555.307,98	9.555.307,98	8.880.617,33	1.266.246,02
SUPERÁVIT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	10.821.554,00	10.821.554,00	9.555.307,98	9.555.307,98	8.880.617,33	1.266.246,02

DESpesas ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESpesas EMPENHADAS	DESpesas LIQUIDADAS	DESpesas PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
TOTAL	10.821.554,00	10.821.554,00	9.555.307,98	9.555.307,98	8.880.617,33	1.266.246,02

João Pessoa-PB, 31 de dezembro de 2015



Giucélia Araújo Figueiredo
 Presidente
 CREA-1600774784/PB
 301.399.104-68



João Gomes da Fonseca
 Contador
 CRC-PB 5.280/O-3
 202.846.084-91

CREA/PB

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Paraíba

CNPJ: 08.667.024/0001-00

Período: 01/01/2015 a 31/12/2015

Balanco Financeiro

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária	9.526.316,54	9.218.616,09	Despesa Orçamentária	9.555.307,98	10.213.558,52
RECEITA REALIZADA	9.526.316,54	9.218.616,09	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO	9.555.307,98	9.795.772,23
RECEITA CORRENTE	9.005.885,47	8.006.758,78	DESPESA CORRENTE	8.996.485,92	8.765.183,62
RECEITA TRIBUTÁRIA	3.324.677,10	3.142.335,03	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.743.779,67	5.086.280,80
TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLICIA	3.324.677,10	3.142.335,03	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.252.706,25	3.678.902,82
ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA	3.324.677,10	3.142.335,03	DESPESA DE CAPITAL	558.822,06	1.030.588,61
RECEITAS DE CONTRIBUICOES	4.542.103,40	3.858.355,66	INVESTIMENTOS	558.822,06	1.030.588,61
ANUIDADES PESSOAS FÍSICAS	2.156.843,03	1.836.015,54	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS A PAGAR		417.786,29
PESSOAS FÍSICAS DO EXERCÍCIO	1.809.712,80	1.638.827,79			
NÍVEL SUPERIOR - PF	1.498.556,62	1.353.642,86			
NÍVEL MÉDIO - PF	310.748,23	268.908,09			
PESSOAS FÍSICAS DO EXERCÍCIO ANTERIOR	347.130,23	197.187,75			
NÍVEL SUPERIOR - PF	242.243,65	137.156,14			
NÍVEL MÉDIO - PF	104.736,72	56.470,22			
ANUIDADES DE PESSOAS JURÍDICAS	2.385.260,37	2.022.340,12			
PESSOA JURÍDICA DO EXERCÍCIO	2.041.087,18	1.770.852,62			
FAIXA 01	285.236,44	266.181,54			
MATRIZ	272.764,91	236.743,40			
FILIAL	12.471,53	29.438,14			

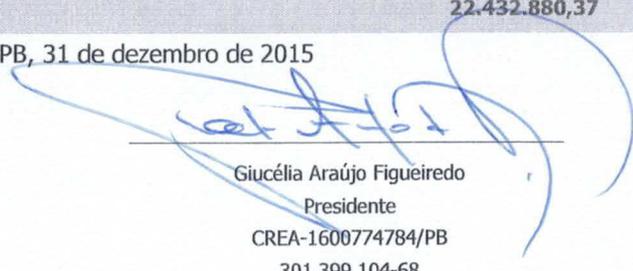
INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
FAIXA 02	579.533,29	492.623,48			
MATRIZ	556.026,40	476.914,32			
FILIAL	23.506,89	15.709,16			
FAIXA 03	365.143,57	313.461,30			
MATRIZ	353.470,83	295.684,09			
FILIAL	11.672,74	17.777,21			
FAIXA 04	209.274,45	195.846,15			
MATRIZ	200.821,03	187.337,21			
FILIAL	8.453,42	8.508,94			
FAIXA 05	160.193,05	138.529,98			
MATRIZ	140.577,21	111.999,35			
FILIAL	19.615,84	26.530,63			
FAIXA 06	210.535,31	183.277,36			
MATRIZ	136.703,04	128.948,62			
FILIAL	73.832,27	54.328,74			
FAIXA 07	172.072,66	178.936,06			
MATRIZ	63.137,13	70.850,08			
FILIAL	108.935,53	108.085,98			
PESSOA JURÍDICA DO EXERCÍCIO ANTERIOR	344.173,19	251.487,50			
FAIXA 01	71.912,24	57.857,45			
MATRIZ	69.316,78	50.203,36			
FILIAL	2.595,46	7.654,09			
FAIXA 02	115.422,87	103.340,15			
MATRIZ	106.282,45	99.676,36			
FILIAL	9.140,42	3.663,79			

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
FAIXA 03	61.223,50	39.763,64			
MATRIZ	57.064,93	37.515,39			
FILIAL	4.158,57	2.248,25			
FAIXA 04	21.031,08	23.877,59			
MATRIZ	19.312,90	21.894,87			
FILIAL	1.718,18	1.982,72			
FAIXA 05	15.504,41	6.093,60			
MATRIZ	13.334,87	3.931,86			
FILIAL	2.169,54	2.161,74			
FAIXA 06	18.337,68	6.096,42			
MATRIZ	10.974,77	2.494,27			
FILIAL	7.362,91	3.602,15			
FAIXA 07	40.487,26	13.536,94			
MATRIZ	13.756,02	2.660,54			
FILIAL	26.731,24	10.876,40			
RECEITA DE SERVICOS	222.371,69	207.182,97			
EMOLUMENTOS COM INSCRIÇÕES	125.558,65	110.756,77			
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CARTEIRAS	29.898,94	30.262,65			
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	50.961,81	50.680,18			
PROFISSIONAIS PESSOAS FISICAS	50.961,81	50.380,81			
EMOLUMENTOS COM VISTOS DE REGISTROS	15.830,11	15.214,47			
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	122,18	268,90			
FINANCEIRAS	247.737,39	160.179,59			
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	111.783,00	52.451,07			

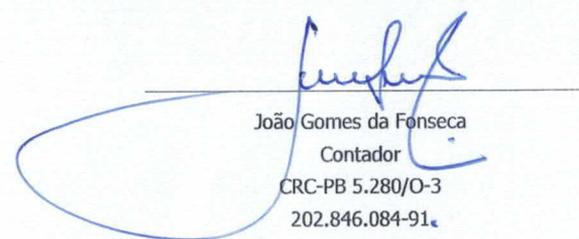
INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
JUROS DE MORA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES	3.329,17	80,77			
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	132.625,22	107.647,75			
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE ANUIDADES	18.775,13	482,32			
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES		27,20			
MULTAS SOBRE ANUIDADES	19.538,08	14.562,62			
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	94.312,01	92.575,61			
TRANSFERENCIAS CORRENTES	341.406,90	284.679,60			
Transferências	122.878,77	37.000,00			
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	318.129,27	350.058,09			
DÍVIDA ATIVA	125.608,65	216.386,59			
Tributária (Anuidades)	60,58	887,14			
MULTAS DE INFRAÇÕES	191.877,94	131.214,88			
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	642,68	2.456,62			
RECEITA DIVERSAS	9.459,72	3.967,84			
RECEITA DE CAPITAL	520.431,07	1.211.857,31			
ALIENACAO DE BENS	200.500,00	307.150,00			
ALIENAÇÕES DE BENS MÓVEIS		307.150,00			
ALIENAÇÕES DE BENS IMÓVEIS	200.500,00				
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	319.931,07	904.707,31			
TRANSFERÊNCIAS	319.931,07	904.707,31			
Transferências Financeiras Recebidas			Transferências Financeiras Concedidas		
Recebimentos Extraorçamentários	12.830.063,25	13.256.865,53	Pagamentos Extraorçamentários	12.437.309,14	13.000.796,78
Saldo em espécie do Exercício Anterior	76.500,58	815.374,26	Saldo em espécie do Exercício Seguinte	440.263,25	76.500,58

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Total:	22.432.880,37	23.290.855,88		22.432.880,37	23.290.855,88

João Pessoa-PB, 31 de dezembro de 2015



Giucélia Araújo Figueiredo
 Presidente
 CREA-1600774784/PB
 301.399.104-68

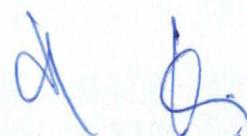


João Gomes da Fonseca
 Contador
 CRC-PB 5.280/O-3
 202.846.084-91

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		
INGRESSOS		
RECEITA CORRENTE	9.005.885,47	8.006.758,78
RECEITA TRIBUTÁRIA	3.324.677,10	3.142.335,03
TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLICIA	3.324.677,10	3.142.335,03
ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA	3.324.677,10	3.142.335,03
RECEITAS DE CONTRIBUICOES	4.542.103,40	3.858.355,66
ANUIDADES PESSOAS FÍSICAS	2.156.843,03	1.836.015,54
PESSOAS FÍSICAS DO EXERCÍCIO	1.809.712,80	1.638.827,79
NÍVEL SUPERIOR - PF	1.498.556,62	1.353.642,86
NÍVEL MÉDIO - PF	310.748,23	268.908,09
PESSOAS FÍSICAS DO EXERCÍCIO ANTERIOR	347.130,23	197.187,75
NÍVEL SUPERIOR - PF	242.243,65	137.156,14
NÍVEL MÉDIO - PF	104.736,72	56.470,22
ANUIDADES DE PESSOAS JURÍDICAS	2.385.260,37	2.022.340,12
PESSOA JURÍDICA DO EXERCÍCIO	2.041.087,18	1.770.852,62
FAIXA 01	285.236,44	266.181,54
MATRIZ	272.764,91	236.743,40
FILIAL	12.471,53	29.438,14
FAIXA 02	579.533,29	492.623,48
MATRIZ	556.026,40	476.914,32
FILIAL	23.506,89	15.709,16
FAIXA 03	365.143,57	313.461,30
MATRIZ	353.470,83	295.684,09
FILIAL	11.672,74	17.777,21
FAIXA 04	209.274,45	195.846,15
MATRIZ	200.821,03	187.337,21
FILIAL	8.453,42	8.508,94
FAIXA 05	160.193,05	138.529,98
MATRIZ	140.577,21	111.999,35
FILIAL	19.615,84	26.530,63
FAIXA 06	210.535,31	183.277,36
MATRIZ	136.703,04	128.948,62
FILIAL	73.832,27	54.328,74
FAIXA 07	172.072,66	178.936,06
MATRIZ	63.137,13	70.850,08
FILIAL	108.935,53	108.085,98
PESSOA JURÍDICA DO EXERCÍCIO ANTERIOR	344.173,19	251.487,50
FAIXA 01	71.912,24	57.857,45
MATRIZ	69.316,78	50.203,36
FILIAL	2.595,46	7.654,09
FAIXA 02	115.422,87	103.340,15
MATRIZ	106.282,45	99.676,36
FILIAL	9.140,42	3.663,79

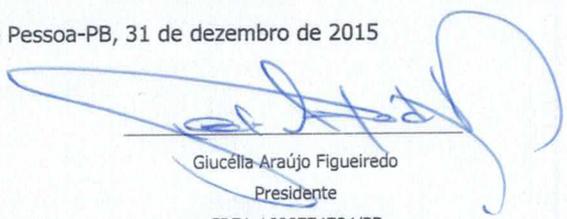
	Exercício Atual	Exercício Anterior
FAIXA 03	61.223,50	39.763,64
MATRIZ	57.064,93	37.515,39
FILIAL	4.158,57	2.248,25
FAIXA 04	21.031,08	23.877,59
MATRIZ	19.312,90	21.894,87
FILIAL	1.718,18	1.982,72
FAIXA 05	15.504,41	6.093,60
MATRIZ	13.334,87	3.931,86
FILIAL	2.169,54	2.161,74
FAIXA 06	18.337,68	6.096,42
MATRIZ	10.974,77	2.494,27
FILIAL	7.362,91	3.602,15
FAIXA 07	40.487,26	13.536,94
MATRIZ	13.756,02	2.660,54
FILIAL	26.731,24	10.876,40
RECEITA DE SERVICOS	222.371,69	207.182,97
EMOLUMENTOS COM INSCRIÇÕES	125.558,65	110.756,77
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CARTEIRAS	29.898,94	30.262,65
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	50.961,81	50.680,18
PROFISSIONAIS PESSOAS FISICAS	50.961,81	50.380,81
EMOLUMENTOS COM VISTOS DE REGISTROS	15.830,11	15.214,47
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	122,18	268,90
FINANCEIRAS	247.737,39	160.179,59
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	111.783,00	52.451,07
JUROS DE MORA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES	3.329,17	80,77
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	132.625,22	107.647,75
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE ANUIDADES	18.775,13	482,32
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES	0,00	27,20
MULTAS SOBRE ANUIDADES	19.538,08	14.562,62
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	94.312,01	92.575,61
TRANSFERENCIAS CORRENTES	341.406,90	284.679,60
Transferências	122.878,77	37.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	318.129,27	350.058,09
DÍVIDA ATIVA	125.608,65	216.386,59
Tributária (Anuidades)	60,58	887,14
MULTAS DE INFRAÇÕES	191.877,94	131.214,88
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	642,68	2.456,62
RECEITA DIVERSAS	9.459,72	3.967,84
INGRESSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	12.830.063,25	13.256.865,53
DESEMBOLSOS		
DESPESA CORRENTE	8.996.485,92	8.765.183,62
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.743.779,67	5.086.280,80
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.252.706,25	3.678.902,82
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS A PAGAR	0,00	417.786,29
DESEMBOLSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	12.437.309,14	13.000.796,78
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	402.153,66	-920.142,38
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
INGRESSOS		
RECEITA DE CAPITAL	520.431,07	1.211.857,31
ALIENACAO DE BENS	200.500,00	307.150,00
ALIENAÇÕES DE BENS MÓVEIS	0,00	307.150,00



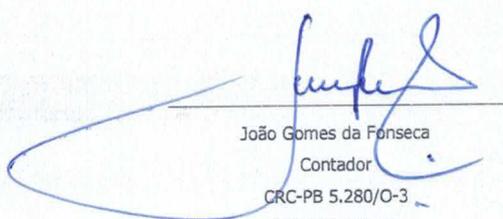
	Exercício Atual	Exercício Anterior
ALIENAÇÕES DE BENS IMÓVEIS	200.500,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	319.931,07	904.707,31
TRANSFERÊNCIAS	319.931,07	904.707,31
DESEMBOLSOS		
INVESTIMENTOS	558.822,06	1.030.588,61
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-38.390,99	181.268,70
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
INGRESSOS		
DESEMBOLSOS		
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0,00	0,00
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO		
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	363.762,67	-738.873,68

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	76.500,58	815.374,26
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	440.263,25	76.500,58

João Pessoa-PB, 31 de dezembro de 2015


Giucélia Araújo Figueiredo
Presidente

CREA-1600774784/PB
301.399.104-68


João Gomes da Fonseca
Contador

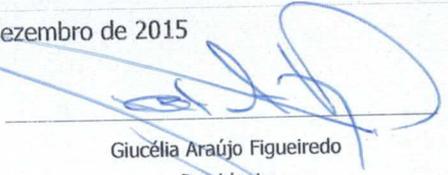
CRC-PB 5.280/O-3
202.846.084-91

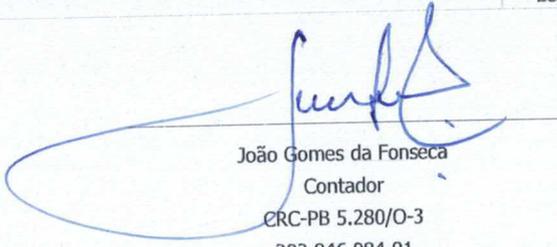
Variações Patrimoniais

VARIACIONES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS					
	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	9.877.175,68	9.724.246,08	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	10.290.563,06	9.807.766,79
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	3.324.677,10	3.142.335,03	PESSOAL E ENCARGOS	6.833.438,04	6.152.578,64
TAXAS	3.324.677,10	3.142.335,03	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL	4.408.850,07	3.899.759,02
TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	3.324.677,10	3.142.335,03	REMUNERAÇÃO A PESSOAL - RPPS	4.408.850,07	3.899.759,02
CONTRIBUIÇÕES	4.542.103,40	3.858.355,66	ENCARGOS PATRONAIS	1.334.929,60	1.186.521,78
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	4.542.103,40	3.858.355,66	ENCARGOS PATRONAIS - RPPS	1.334.929,60	1.186.521,78
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	4.542.103,40	3.858.355,66	BENEFÍCIOS A PESSOAL	1.089.658,37	1.066.297,84
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	221.228,90	207.182,97	BENEFÍCIOS A PESSOAL - RPPS	1.089.658,37	1.066.297,84
EXPLORAÇÃO DE BENS DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	221.228,90	207.182,97	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	55.892,00	57.796,00
VALOR BRUTO DE EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	221.228,90	207.182,97	BENEFÍCIOS EVENTUAIS	55.892,00	57.796,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	248.112,75	160.179,59	OUTROS BENEFÍCIOS EVENTUAIS	55.892,00	57.796,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA	115.067,57	52.531,84	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	2.235.096,15	1.891.603,05
JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE FORNECIMENTOS DE BENS E SERVIÇOS	115.067,57	52.531,84	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	198.879,72	157.908,62
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS	18.775,13	509,52	CONSUMO DE MATERIAL	198.879,72	157.908,62
OUTRAS VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS	18.775,13	509,52	SERVIÇOS	1.360.442,33	1.733.694,43
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS	114.270,05	107.138,23	DIARIAS	209.078,94	363.155,75
MULTAS SOBRE ANUIDADES	114.270,05	107.138,23	SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOAS FÍSICAS	135.854,71	256.609,84
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	661.337,97	1.189.386,91	SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOAS JURÍDICAS	1.015.508,68	1.113.928,84
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	319.931,07	752.725,27	DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	675.774,10	0,00
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	319.931,07	752.725,27	DEPRECIACAO	675.774,10	0,00
TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS	122.878,77	188.982,04	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	708.528,78	617.250,60
TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS	122.878,77	188.982,04	JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS	179.295,25	100.651,86
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS	218.528,13	247.679,60	OUTROS JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	179.295,25	100.651,86
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS	218.528,13	247.679,60	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	529.233,53	516.598,74
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	879.715,56	1.166.805,92	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	529.233,53	516.598,74
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR	642,68	1.988,82	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	84.643,90	72.815,16
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	642,68	1.988,82	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	84.643,90	72.815,16

	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	879.072,88	1.164.817,10	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	84.643,90	72.815,16
MULTAS ADMINISTRATIVAS	192.645,37	131.118,97	DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	84.100,00	520.469,69
DÍVIDA ATIVA	667.717,79	1.029.262,49	PERDAS COM ALIENAÇÃO	84.100,00	360.813,25
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	18.709,72	4.435,64	PERDAS COM ALIENAÇÃO DE IMOBILIZADO	84.100,00	360.813,25
			PERDAS INVOLUNTARIAS	0,00	159.656,44
			PERDAS INVOLUNTARIAS COM IMOBILIZADO	0,00	159.656,44
			TRIBUTÁRIAS	14.540,28	38.449,28
			IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	14.540,28	38.449,28
			IMPOSTOS	14.540,28	38.449,28
			OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	274.323,91	456.804,37
			DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	274.323,91	456.804,37
			VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	274.323,91	456.804,37
Total das Variações Ativas :	9.877.175,68	9.724.246,08	Total das Variações Passivas :	10.290.563,06	9.807.766,79
			RESULTADO PATRIMONIAL		
Déficit do Exercício	413.387,38	83.520,71	Superávit do Exercício		
Total	10.290.563,06	9.807.766,79	Total	10.290.563,06	9.807.766,79

João Pessoa-PB, 31 de dezembro de 2015


 Giucélia Araújo Figueiredo
 Presidente
 CREA-1600774784/PB
 301.399.104-68


 João Gomes da Fonseca
 Contador
 CRC-PB 5.280/O-3
 202.846.084-91



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DA PARAÍBA - CREA/PB

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado da Paraíba – CREA-PB é uma entidade autárquica de fiscalização do exercício e das atividades profissionais dotada de personalidade jurídica de direito público, constituindo serviço público federal, vinculada ao Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA.

O CREA-PB possui sede e foro na cidade de João Pessoa e jurisdição no Estado da Paraíba, localizado na Avenida Dom Pedro I, nº 809 – Centro, CEP: 58.013-021, instituído pela Resolução nº 165, de 27 de outubro de 1967, na forma estabelecida pelo Decreto Federal nº 23.569, de 11 de dezembro de 1933, e mantido pela Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, para exercer papel institucional de primeiras e segundas instâncias no âmbito de sua jurisdição.

A estrutura básica é composta por órgãos de caráter decisório ou executivo, compreendendo: Plenário, Câmaras Especializadas, Presidência, Diretoria e Inspetorias.

2. PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

2.1. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis do exercício de 2015 foram elaboradas em conformidade com a Lei nº 4.320/64, bem como os critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/08.

2.2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

No exercício de 2015, o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado da Paraíba contabilizou os atos e fatos da gestão observando as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público e a Lei 4.320/64 que estatui normas gerais do direito financeiro e controles para os orçamentos e balanços da esfera pública.

a) Créditos



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DA PARAÍBA - CREA/PB

As receitas foram contabilizadas pelo regime de competência.

b) Estoques

Os materiais em almoxarifado estão lançados pelo custo de aquisição.

c) Bens Patrimoniais

Os bens registrados no ativo imobilizado foram reavaliados no exercício de 2015.

d) Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido é constituído de recursos próprios, sofrendo variações em decorrência de superávits ou déficits apurados anualmente. No exercício de 2015 foi apurado um Déficit Patrimonial no montante de R\$ 413.387,38.

e) Ajustes de Exercícios Anteriores

São considerados como ajustes de exercícios anteriores, os decorrentes de mudança de critério contábil ou de retificação de erro imputável a exercício anterior, desde que não possam ser atribuídos a fatos subseqüentes (art. 186, § 1º LEI Nº 6.404/76).

Desta forma, no balanço encerrado em 31/12/2015 não foram realizados ajustes.

f) Apuração do Resultado

No balanço patrimonial constatamos um déficit financeiro de R\$ 658.098,64, que foi apurado com base no regime de competência das receitas e das despesas. No balanço orçamentário ocorreu um déficit, no valor de R\$ 28.991,44.

3. BENS PATRIMONIAIS

Em termos monetários, os bens patrimoniais apresentam a seguinte composição:

	2015	2014
BENS MÓVEIS	2.278.397,72	2.803.495,12
Mobiliário em Geral	634.025,41	571.629,33
Máquinas, Motores e Aparelhos	193.743,15	289.239,59
Veículos	756.453,47	1.096.710,00
Equipamentos de Informática	670.249,89	762.326,60
Sistemas Processam. Dados	23.925,80	70.888,54



Serviço Público Federal
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DA PARAÍBA - CREA/PB

Outros Bens Móveis	0,0	12.701,06
BENS IMÓVEIS	18.695.613,06	5.597.025,12
Edifício	13.244.891,50	5.385.025,12
Terrenos	5.017.000,00	212.000,00
Obras em andamento	433.721,56	0,0

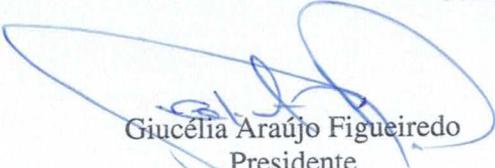
A Variação observada entre o exercício de 2014 e 2015 decorre dos processos de aquisições e incorporações ocorridas em 2015.

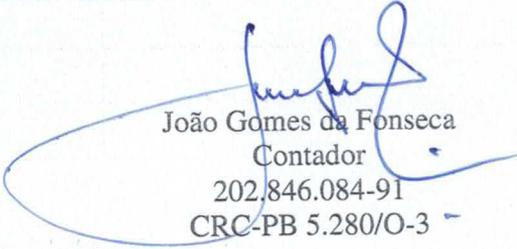
4. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido do CREA-PB, em 31/12/2015, está assim constituído:

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	22.336.425,72
Patrimônio Social	22.336.425,72
Ajustes de Exercícios Anteriores	12.992.208,10
Resultado do Exercício	(413.387,38)
Resultados Acum. de Exercícios Anteriores	9.757.605,00

João Pessoa, 31 de dezembro de 2015.


Giucélia Araújo Figueiredo
Presidente
301.399.104-68
CREA-1600774784/PB


João Gomes da Fonseca
Contador
202.846.084-91
CRC-PB 5.280/O-3

ANEXO IX

QUADRO 26 – DESPESA DO PESSOAL

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis					Despesas de Exercícios Anteriores	
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários		Demais Despesas Variáveis
Membros de poder e agentes políticos									
Exercícios	2015	0	0	0	0	0	0	0	
	2014	0	0	0	0	0	0	0	
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade									
Exercícios	2015	2.958.268,97	172.911,60	285.960,66	93.567,57	632.093,84	368.249,73	286.874,25	0
	2014	2.730.700,54	145.739,04	107.910,23	96.799,66	725.657,57	335.015,30	278.600,07	0
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade									
Exercícios	2015	0	0	0	0	0	0	0	
	2014	0	0	0	0	0	0	0	
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)									
Exercícios	2015	503.823,96	0	41.327,08	15.964,21	158.232,55	73.558,44	0	0
	2014	442.830,60	0	37.098,63	13.973,04	173.931,51	72.001,92	0	0
Servidores cedidos com ônus									
Exercícios	2015	0	0	0	0	0	0	0	
	2014	0	0	0	0	0	0	0	
Servidores com contrato temporário									
Exercícios	2015	0	0	0	0	0	0	0	
	2014	0	0	0	0	0	0	0	

Fonte: Setor de Pessoal / Sistema Mastermaq – NG Folha, 2015.